



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 113

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 113

103ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 04

Indicações 04

Despacho do Presidente 06

Designações 07

Requerimentos 08

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 13

Dep. Jocelito Canto 13

Dep. Marcelo Rangel 14

Dep. Professor Luizão 16

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 18

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 21

Liderança do PPS

Dep. Marcelo Rangel 15

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

Redação Final 24

3ª Discussão 24

2ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 34

Encerramento da Sessão 36

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 36

Diretoria Geral

Portarias 37

Atas de Comissões

Direitos Humanos e Cidadania ... 37

DIÁRIO Nº 113

103ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Antonio Belinati.

Presenças:

Às quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Mil-

tinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Geraldo Cartário, Pedro Ivo e Plauto Miró (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nereu Moura e Teruo Kato (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 041/07

Curitiba, 12 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre autorização para transferência de recursos provenientes do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, com o objetivo de pavimentação de pistas para teste de trânsito, com caminhões e motocicletas, a serem utilizadas pelo DETRAN, na execução de bacias de contenção no Contorno Norte de Curitiba e na melhoria de rodovias, quer seja na construção, restauração, recuperação, conservação, obras e serviços complementares, fiscalização e elaboração de projetos de engenharia.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes da Arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica autorizada a transferência de recursos provenientes da Arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Art. 2º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, os valores transferidos para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811 de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado, de 30 de dezembro de 1983.

Art. 3º Os recursos de que trata o artigo 1º desta lei, deverão ser utilizados na pavimentação de pistas para teste de trânsito, com caminhões e motocicletas, a serem utilizadas pelo DETRAN, na execução de bacias de contenção no Contorno Norte de Curitiba e na melhoria de rodovias, quer seja na construção, restauração, recuperação, conservação, obras e serviços complementares, fiscalização e elaboração de projetos de engenharia.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento, bem como alterar o Anexo de Obras, necessários à implantação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 042/07

Curitiba, 18 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o subsídio ou a remuneração mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná, e vantagens correspondentes, assim como reajustes, gratificações, criação e alteração de cargos da Carreira do Ministério Público, nos termos do artigo 39, parágrafo 4º da Constituição Federal, combinado com os artigos 3º, inciso V, da Lei Federal nº 8625, de 12 de fevereiro de 1993, artigo 27, inciso X da Constituição Estadual, e artigo 3º inciso VI da Lei Complementar Estadual nº 085, de 27 de dezembro de 1999, obrigatoriamente serão fixados por lei específica, respeitada a iniciativa do Procurador-Geral de Justiça.

A Carta da República do Brasil de 1988, em seu artigo 127, asseverou que o Ministério Público é instituição permanente essencial à função jurisdicional do estado, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Governo do Paraná, na sua função executiva, respeita e entende que o Ministério Público é determi-

nante para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, buscando sempre o equilíbrio e a igualdade na sociedade.

Na função *custus legis*, o Ministério Público deve zelar pelos princípios constitucionais, em especial pela legalidade e pela isonomia em todos os setores da sociedade.

Desta forma, o Poder Executivo Estadual apresenta o incluso anteprojeto de lei, tornando obrigatório que qualquer subsídio ou remuneração mensal dos membros do Ministério Público sejam apreciados pelos nobres Deputados, e, assim, pela sociedade paranaense.

Com efeito, todo e qualquer aumento salarial ou reajuste dos demais servidores públicos, são apreciados pelo Poder Legislativo, não podendo ser diferente a tratativa dada aos membros e servidores do Ministério Público.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O subsídio ou a remuneração mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná, e vantagens correspondentes, assim como reajustes, gratificações, criação e alteração de cargos da Carreira do Ministério Público, nos termos do artigo 39, § 4º da Constituição Federal, combinado com os artigos 3º, inciso V, da Lei Federal nº 8625, de 12 de fevereiro de 1993, artigo 27, inciso X da Constituição Estadual, e artigo 3º, inciso VI da Lei Complementar Estadual nº 085, de 27 de dezembro de 1999, obrigatoriamente serão fixados por lei específica, respeitada a iniciativa do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo segundo do artigo 1º da Lei nº 11171, de 06 de setembro de 1995, acrescentado pela Lei nº 14559, de 16 de dezembro de 2004, bem como todas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº 600/2007-GB, do Sr. J. Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ), propondo a extinção de Serviços Distritais, na forma constante dos Anexos III,

tabelas 1 e 2, Anexo IV e Anexo IX, tabela 7. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO 277/07 GB-ATK

Curitiba, 18 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para solicitar justificativa de ausência ao Deputado Teruo Kato na Sessão de hoje, em razão de estar, em caráter oficial, representando a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná no VII Seminário Nacional de Educação Integral, evento que nesta data se realiza em Apucarana, estado do Paraná. Por essa razão, solicito que sua ausência à Sessão de hoje seja justificada, de modo a não constar como falta.

Aproveito o ensejo para enviar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 287/07

SÚMULA:

Sugere a liberação de recursos para a construção de um Centro de Educação Infantil, no município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a liberação de recursos para a construção de um Centro de Educação Infantil, a ser instalado no Parque Residencial Alvamar II, no município de Sarandi;

II - estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade, que permitirá as mães que trabalham fora e não dispõem de um local adequado para deixarem seus filhos.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 288/07

SÚMULA:

Propõe a pavimentação da estrada que faz a ligação das localidades de Cinco Encruzilhadas, Rio Saudade, Vila Nova, Rio Gavião, Renascença, Rio Bocó, Rio Jacutinga e Lagoa Verde no município de Pitanga.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação, por cascalhamento ou calçamento da estrada que faz a ligação das localidades de Cinco Encruzilhadas, Rio Saudade, Vila Nova, Rio

Gavião, Renascença, Rio Bocó, Rio Jacutinga e Lagoa Verde, no município de Pitanga;

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - A região congrega mais de 400 famílias que são legítimas possuidoras do direito ao atendimento preferencial por parte do Governo do Estado.

IV - Neste sentido nos foi encaminhado ofício da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lagoa Verde, filiada à UNIMAP/FAMOPAR/CONAM-BR, junto com um abaixo-assinado contendo mais de 200 (duzentas) assinaturas.

V - A pavimentação pretendida reduzirá a distância entre as localidades, beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 289/07

SÚMULA:

Propõe a especial atenção no atendimento das necessidades do Colégio Estadual Marechal Rondon em Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se envidem esforços com vistas ao atendimento, o mais breve possível, das seguintes necessidades prementes do Colégio Estadual Marechal Rondon, no município de Campo Mourão;

II - Precisa urgentemente de reparos do muro e calçamento externo, paisagismo no acesso principal e destinação da captação das águas pluviais (pleito protocolado sob o nº 9.413.983).

III - Viabilização dos projetos arquitetônicos da segunda Quadra Poliesportiva (pleito protocolado sob o nº 9.410.982-7).

IV - Construção do Anfiteatro e Biblioteca - dois andares climatizados (pleito protocolado sob o nº 8.737.982-9).

V - Construção da passarela de acesso ao refeitório (pleito procolado sob o nº 8.737.007-7).

VI - A reivindicação se justifica pelo fato de o Colégio Estadual Marechal Rondon ser a primeira escola pública implantada na cidade de Campo Mourão, o qual completou 56 (cinquenta e seis) anos em maio passado.

VII - O atendimento destes itens trará reflexos imediatos na qualidade do ensino, além de enormes benefícios a toda a comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 290/07

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social que dedique uma especial atenção a APAE de Alto Paraná.

Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção de um muro com alambrado para fechamento do Setor de Equoterapia tão necessária para a manutenção e segurança dos atendimentos realizados por aquela Instituição de Ensino Especializado;

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado ofício da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Paraná nos solicitando intervenção para a sensibilização de nossos governantes aos assuntos referentes aos estabelecimentos de ensino especial do município de Alto Paraná.

IV - O atendimento desta solicitação propiciará uma melhora bastante grande na qualidade e segurança do ensino, além de proporcionar a valorização daquela associação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 291/07

SÚMULA:

Propõe à Paraná Esportes que dedique uma especial atenção à APAE de Janiópolis.

Diretor-Presidente da Paraná Esportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se às V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção de uma quadra coberta para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Janiópolis - APAE;

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado ofício da Câmara Municipal de Janiópolis nos solicitando

intervenção para a sensibilização de nossos governantes aos assuntos referentes aos estabelecimentos de ensino especial do município de Janiópolis.

IV - O atendimento desta solicitação propiciará uma melhora bastante grande na qualidade e segurança do ensino, além de proporcionar a valorização daquela associação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 292/07

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social que dedique uma especial atenção à APAE de Janiópolis.

Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção de uma quadra coberta para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Janiópolis - APAE;

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado ofício da Câmara Municipal de Janiópolis nos solicitando intervenção para a sensibilização de nossos governantes aos assuntos referentes aos estabelecimentos de ensino especial do município de Janiópolis.

IV - O atendimento desta solicitação propiciará uma melhora bastante grande na qualidade e segurança do ensino, além de proporcionar a valorização daquela associação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 293/07

SÚMULA:

Propõe a pavimentação das vias do Complexo Penal de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Rogerio Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação das vias do Complexo Penal de Piraquara, em uma extensão de 5.169m (cinco mil cento

e sessenta e nove metros), a ser realizada com a participação da mão de obra dos presos do CPA - Colônia Penal Agrícola.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

As vias do complexo penal não apresentam condições hábeis, necessitando de pavimentação em uma área total de 35.000 m² (trinta e cinco mil metros quadrados), que pode ser realizada com a própria mão de obra dos presos da CPA - Colônia Penal Agrícola, diminuindo muito o custo da pavimentação.

Se for feita a pavimentação com paralelepípedos e com orientação técnica e mão-de-obra dos presos da CPA, o custo será aproximadamente de R\$ 1,05 milhões resultante de: R\$ 29,60 m² (material) X R\$ 0,40 (orientação técnica), na área total de 35.000 m². Além do Educandário São Francisco e do Centro de Triagem da CT2, trabalham no Complexo Penal de Piraquara, 803 (oitocentos e três) agentes penitenciários, 141 (cento e quarenta e um) agentes administrativos e 93 (noventa e três) técnicos, no total de 1037 (um mil e trinta e sete) trabalhadores que utilizam esses acessos.

Despacho do Sr. Presidente

Protocolo nº 9639, de 18/09/07

Requerimento Deputado Tadeu Veneri

Assunto:

Requer a realização de exame grafotécnico em assinatura aposta a PEC que veda o nepotismo no estado do Paraná.

DESPACHO:

1. É direito de cada Parlamentar desta Casa de Leis subscrever proposta de Projeto de Emenda à Constituição, observados os preceitos do Regimento Interno e da Constituição do Estado.

2. A responsabilidade pelas assinaturas constantes no Projeto de Emenda Constitucional é exclusiva do Deputado proponente.

3. Portanto, não compete à Mesa Executiva a responsabilidade pelas assinaturas apostas, razão pela qual, antes de qualquer medida cabível, solicita ao Deputado Estadual Tadeu Veneri que, no prazo de 24 vinte e quatro horas, indique os nomes dos Parlamentares que subscreveram a PEC, bem como, a respectiva assinatura de cada um.

Curitiba, 18 de setembro de 2007.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO S/N

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas legais, constitucionais e regimentais, com fulcro no artigo 57 da Constituição Estadual e artigos 20, XXIX, 25, 128, inciso VIII do parágrafo terceiro do artigo 131, artigo 133 e incisos I, II, III do artigo 239 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná

e em respeito aos incisos X e LV do artigo 5º da Constituição Federal, artigos 11, 12, 16, 17 e 186 do Código Civil Brasileiro, bem como o artigo 333 do Código de Processo Civil Brasileiro, vem mui respeitosamente à vossa presença para expor e requerer o que segue.

No dia 11 de setembro de 2007, o Deputado Estadual Tadeu Veneri, apresentou projeto de Emenda Constitucional, subscrita por 18 Deputados Estaduais, vedando a prática do nepotismo no âmbito dos três poderes estaduais do Paraná.

Ocorre que uma das assinaturas foi atribuída, pela Mesa Executiva, ao Deputado Estadual Edgar Bueno.

O Parlamentar informou que não assinou a referida PEC.

O não reconhecimento da assinatura gerou controvérsia entre os Deputados, pois, em tese, a Mesa Executiva não teria reconhecido por semelhança com a assinatura de nenhum dos 54 Deputados Estaduais.

Em razão deste fato, Deputados passaram a desenvolver teses a respeito do ocorrido. Os mencionados Parlamentares, ora atribuíram a falta de identificação da assinatura a uma suposta falsificação da mesma, ora a uma fraude para desqualificar a proposta.

Chegou-se a insinuar que o articulador da PEC poderia ter falsificado uma assinatura.

A imprensa, a partir dos pronunciamentos dos Parlamentares em Plenário, repercutiu para a sociedade paranaense diferentes versões e interpretações para os fatos.

Ocorre que todos os Deputados encontram-se sob suspeita pela prática de suposta fraude com relação a uma assinatura aposta à PEC e que não é assumida por nenhum Deputado.

Em razão da falta de reconhecimento da assinatura pelos Deputados, resta apenas à alternativa da realização da perícia técnica para identificar o autor da assinatura.

Para esta análise deve ser encaminhada a relação de assinaturas utilizada pela Mesa Executiva para identificá-las, bem como exemplares de proposições subscritas por cada um dos 54 Deputados Estaduais em exercício e suplentes que exerceram mandatos ao longo do ano de 2007.

Por todo o exposto requerimento à Mesa Executiva:

- Seja encaminhado o documento onde consta assinatura questionada para análise da Polícia Técnica Federal mediante a realização de exame grafotécnico em relação à assinatura dos Deputados em exercício e todos os suplentes que exerceram mandatos ao longo do ano de 2007.

- Para análise, seja encaminhada a relação de assinaturas utilizadas pela Mesa Executiva para identificá-las, bem como exemplares de proposições subscritas pelos mencionados Parlamentares.

Pede deferimento.

Curitiba, 17 de setembro de 2007.

(a) TADEU VENERI

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Nelson Justus, para representar esta Casa de Leis no Encontro de Governadores, a ser realizado no período compreendido entre os dias 20 a 22 de setembro de 2007, na cidade de Posadas - Argentina.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Caíto Quintana, para representar esta Casa de Leis no Encontro de Governadores, a ser realizado no período compreendido entre os dias 19 a 22 de setembro de 2007, na cidade de Posadas - Argentina.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, para representar esta Casa de Leis no (evento) Um Mundo - Uma Saúde (One World - One Health), nos dias 2, 3 e 4 de outubro, na cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Marcelo Rangel, para representar esta Casa de Leis em audiência com o Ministro da Defesa Nelson Jobim, no dia 26 de setembro, na cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2799

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 548/06, item 06, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2780

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizado o seminário Paraná pela Vida Brasil sem Aborto, na data de 29 de setembro de 2007, das 10h às 12h30, no Plenarinho.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos promovendo este seminário reunindo juristas, pesquisadores da área médica e biológica, estudantes e lideranças religiosas, para tratar deste importante tema.

Como palestrante temos presenças ilustres confirmadas, como o Dr. Cláudio Fonteles, sub-Procurador da República e da Dra. Alice Teixeira, médica e pesquisadora da UNIFESP.

REQUERIMENTO Nº 2785

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e em especial o artigo 129 do Regimento Interno, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, homenagear o Hospital Pequeno Príncipe, entidade que vem prestando serviços da maior relevância à comunidade paranaense no setor da Saúde Infantil desde 1919, com o troféu “Pinhão de Ouro”, em grande expediente, na data de 27 de setembro de 2007.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, referência nacional neste âmbito, acredito que será oportuna esta homenagem no reconhecimento do trabalho humano e incansável de toda equipe deste hospital. São oitenta e oito anos de dedicação às nossas crianças com atendimento de qualidade e especializado, assim como, a permanência digna nos momentos difíceis de tratamento e recuperação de sua saúde.

REQUERIMENTO Nº 2801

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar

pelo falecimento da Sra. Eraildy Loyola Vieira, mãe do eminente Juiz Dr. Antonio Loyola Vieira.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de congratulações e aplausos à Diretora Irmã Vergínia Pineti, a Irmã Maria Taffarel, ao corpo docente e a todos os colaboradores pelos 50 anos do Colégio Mãe do Divino Amor, do município de Arapongas.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio do presente, a Diretora do Colégio Mãe do Divino Amor, Irmã Vergínia Pineti, a Irmã Maria Taffarel, ao corpo docente e a todos os colaboradores, no endereço: Rua Eurilemos, 1190 - caixa postal 164 CEP - 86708-250 - Arapongas/PR.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Mãe do Divino Amor iniciou suas atividades em Arapongas em 07 de março de 1957. Foi administrado inicialmente na sua fundação pela Congregação do Apostolado Católico (Irmãs Palotinas) e hoje pela Congregação São Vicente Pallotti.

O nome de Colégio Mãe do Divino Amor se fundamenta na imagem de Nossa Senhora Mãe do Divino Amor. Essa imagem era profundamente venerada por São Vicente Pallotti, o fundador da Congregação das Irmãs Palotinas. As irmãs ao chegarem em Arapongas, escolheram esse nome em homenagem a seu fundador.

No dia 07 de março de 1957 iniciavam-se as aulas na Escola Mãe do Divino Amor, em duas salas apenas, e 126 alunos.

Em agosto de 1957 o prédio já estava praticamente pronto, e as Irmãs passaram a residir na própria escola, construída com o trabalho e com o amor de toda a comunidade araponguense, através de campanhas promovidas pelo vigário da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, Pe. Bernardo Merkel.

À medida que o tempo ia passando, a comunidade exigiu o crescimento do colégio e a criação de novos cursos, surgindo em 1963, o Ginásio Mãe do Divino Amor e em 1967 o conservatório Vila Lobos que hoje funciona em prédio próprio e mantém os seguintes cursos: piano, órgão eletrônico, teclado, violão, violino, canto orfeônico, ministra cursos de aperfeiçoamento em piano.

A educação e o ensino são baseados numa filosofia integrada da vida humana, concepção crítica da realidade, aberta aos desafios sociais da pós modernidade.

Anualmente o Colégio participa dos Jogos Municipais e Regionais, promove Jogos inter-Classe, fazendo jus a muitos troféus e medalhas. (Banda Marcial).

A implantação do Ensino Médio em 1994 foi um marco significativo, principalmente por ter Terceirão -

Pré Vestibular Extensivo, visando à preparação para o vestibular. O CMDA une sua estrutura com o melhor terceiro da cidade. A desenvolver o raciocínio lógico são feitas semestralmente as maratonas de matemática.

A diversidade integrada das atividades educativas constrói conhecimento e ação. É através delas que o Colégio se promove e promove seus alunos. Todo o trabalho educativo é bem dinâmico, para isso foram criadas as escolinhas de futebol para os meninos e a escola de dança aeróbica para as meninas. Tudo funciona em contra turno.

O grupo de dança aeróbica apresenta-se nos principais eventos da cidade. A GRD participa de festivais e campeonatos em Londrina e Maringá. As escolinhas de futebol participam de jogos amistosos e campeonatos tanto dentro do colégio como nas cidades vizinhas. A biblioteca tem mais de 9000 exemplares e atende todos os alunos, tanto para pesquisa como para desenvolver o hábito de leitura.

Atualmente conta com 810 alunos com os cursos de Educação Infantil - Ensino Fundamental (1ª à 8ª série) e Ensino Médio.

Cumpramos manifestar o reconhecimento e gratidão pelo trabalho que o Colégio Mãe do Divino vêm desenvolvendo nesses 50 anos nesse estabelecimento de ensino que muito contribuiu para a formação intelectual e cultural do cidadão araponguense. Nesse sentido é que propomos o merecido voto de congratulações.

REQUERIMENTO Nº 2789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Mateus do Sul, pelo transcurso, no próximo dia 21 de setembro de seus 99 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Francisco Luis Ulbrich, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população da cidade de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de São Mateus do Sul que no próximo dia 21 de setembro de 2007, estará comemorando 99 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 99 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 2790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Mallet, pelo transcurso, no próximo dia 21 de setembro de seus 94 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Rogério da Silva Almeida, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população da cidade de Mallet.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Mallet que no próximo dia 21 de setembro de 2007 estará comemorando 94 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 94 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 2791

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rebouças, pelo transcurso, no próximo dia 21 de setembro de seus 77 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antônio de Oliveira Padilha, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população da cidade de Rebouças.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Rebouças que no próximo dia 21 de setembro de 2007 estará comemorando 77 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 77 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO N° 2804

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação e louvor ao Sr. Cristiano Slaviero Fumagalli, Diretor-Presidente da nipsul.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Em recente pesquisa feita pela nipsul, a cada cinco árvores plantadas, elimina-se 1 ano de emissão de gás carbônico de 1 carro.

Em virtude deste fato a nipsul, no mês de agosto, plantou 5 árvores para cada carro vendido e, através destas árvores, cada cliente colaborou para a anulação de 1 ano da emissão de gás carbônico do seu carro.

O Sr. Cristiano Slaviero Fumagalli, como Diretor-Presidente da nipsul, tem merecidos votos de congratulações e louvor desta Casa de Leis por fazer parte deste importante projeto de proteção ambiental.

Endereço para o envio do expediente:

Westphalen, 3710 - Curitiba - Paraná - CEP: 80220-031.

REQUERIMENTO N° 2781

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Jacob Elmo Ritt e Paula Blondina L. Ritt, pela celebração de Bodas de Ouro, completando assim, 50 anos de feliz união conjugal, cuja comemoração se realizará no dia 29 de setembro de 2007, no distrito de Dois Irmãos, município de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando os votos de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros, noras e todos os familiares.

Cumprimentos também às comunidades de Quatro Pontes e Dois Irmãos, por ter em seu meio o ilustre casal Jacob e Paula, que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Outrossim, requer seja encaminhado ao casal Jacob e Paula a decisão desta Casa de Leis, no endereço: R. Uruguaiana, n° 227 - Quatro Pontes/PR. CEP: 85940-000

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO N° 2783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de aplauso ao Jornal Paraguaio

ABC Color, através de seus dirigentes e funcionários, em razão da excelência de seus editoriais, pela busca constante pela efetivação dos interesses paraguaios, pela defesa da democracia e da liberdade de imprensa, não tendo sucumbido mesmo sob a perseguição da ditadura militar daquele país.

Requer ainda, que se dê ciência as mesmas através de correspondência a ser encaminhada para Yegros, 745 - Asuncion, Paraguay.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 2798

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da R. Assis Figueiredo - Bairro Parolin, os quais pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nessa rua e proximidades, tendo em vista o grande número de roubos às residências que ocorrem constantemente.

Dias atrás, 02 (dois) desocupados tentaram assaltar uma residência, os moradores ouviram e pegaram um deles, chamaram a polícia que demorou mais de uma hora para chegar no local e não prenderam o assaltante afirmando que nada havia sido roubado. A situação encontra-se crítica e a presença de policiais no local com certeza inibirá a ação dos mesmos propiciando segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2800

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício aos Exmos. Ministros do Superior Tribunal de Justiça Dr. Felix Fischer e Dra. Denise Arruda, solicitando apoio à inclusão do nome do Desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira para compor a lista quádrupla daquele Tribunal Superior, a ser remetida à Presidência da República, visando nomeação para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(aa) RENI PEREIRA e

DOBRANDINO DA SILVA

Apoio:

Deputado Chico Noroeste

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná une-se uma vez mais traduzindo o legítimo anseio da sociedade paranaense, para solicitar aos Ministros paranaenses do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Félix Fischer e Dra. Denise Arruda, apoio e empenho na indicação do nome do digno e honrado Desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira para compor a lista a ser elaborada

por aquela Corte e encaminha à Presidência da República, visando a escolha de dois Ministros que integrarão o Superior Tribunal de Justiça.

O Desembargador Luis Sérgio Neiva de Lima Vieira, pela sua atuação como Magistrado e homem público, sua cultura jurídica, sua atividade jurisdicional, e sua integridade moral, tornou-se merecedor da admiração do povo do Paraná e está a altura, ao lado dos Ministros paranaenses, para compor o Tribunal Superior da República.

Conhecemos a trajetória responsável e discreta do Desembargador, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, seja como Magistrado, membro da Comissão da Reforma Política onde participou de todas as subcomissões a convite do então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Carlos Mário da Silva Velloso, seja como colaborador incansável para a consolidação do MERCOSUL, e pelo exemplo de dignidade e honestidade que o tornam um exemplo da Magistratura paranaense.

A presente proposição tem o objetivo de ativar a participação federativa desta Casa, representativa no processo de preparação da lista de candidatos à vaga de Ministro daquela egrégia Corte Superior, oriundos da Justiça Estadual.

Como o nome do Exmo. Sr. Desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, ilustre candidato integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, está colocado junto ao STJ, entendemos oportuna a manifestação da Assembléia Legislativa em defesa da inclusão desse honrado Magistrado na lista em fase de elaboração pelos Srs. Ministros e que oportunamente será remetida à Presidência da República para consolidar as nomeações.

Por esta razão, além das qualidades próprias do indicado, buscamos o endosso dos Srs. Ministros Felix Fischer e Denise Arruda, personalidades oriundas do estado do Paraná, anexando ao presente o seu currículo vitae, demonstrando sua capacidade para exercer o referido cargo.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 689/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os atos emanados do Governo do Estado ou da Secretaria da Fazenda Estadual, relativos à arrecadação de tributos ou procedimentos fiscais, somente serão exigíveis após dez dias da data em que estiverem disponíveis on-line salvo se a norma contiver prazo de entrada em vigor superior a este.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.09.07.
(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Os atos relativos às finanças públicas e arrecadação de tributos do estado do Paraná constantemente surpreendem contabilistas e empresários causando transtornos e prejuízos.

Isso porque, determinada norma (lei, decreto, portaria) era enviado ao Diário Oficial do estado e publicado passando a valer da data da publicação. Ocorre que o Diário Oficial circulava oito dias depois, quando diversos atos jurídicos já haviam se concretizado sob a autorização de lei não mais vigente, causando imensas dificuldades na regularização de contratos, compras e outros negócios.

Com a edição do Diário on-line, a situação não melhora, isso porque, as normas salvo aquelas que vierem com observância de *vacatio legis* entrarão em vigor na data que estiverem disponíveis.

O Governo precisa observar, porém que a era da inclusão digital ainda não se concretizou. A norma deve se adequar à situação do grande escritório de contabilidade da Capital do Estado, mas também do contador do interior de Reserva e de Ipiranga, onde não há provedores de internet, e o acesso se faz através de meio discado e interurbano, onde com muita dificuldade, posto que a maioria dos escritórios e profissionais não conta com equipamentos de alta performance capazes de acessar tantas páginas de diário sem interrupção ou muita demora.

Por outro lado, não são só os pequenos profissionais que sofrem com a entrada em vigor imediata de uma norma tributária. Grandes redes atacadistas que possuem sofisticados softwares também possuem dificuldades desta natureza, pois precisam contatar os especialistas em informática para que estes venham adequar o programa existente com as novas normas. Essas questões não são resolvidas em horas, mas sim em dias.

Desse modo, é essencial que o conhecimento e aplicação da lei se façam de forma compatível com os meios de acesso da população.

PROJETO DE LEI Nº 690/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização Somos Saúde - DST/AIDS e Redução de Danos com sede e foro no município da Araucária - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A organização que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município de Araucária -

Paraná pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e duração indeterminada, com sede na rua Trombetas, nº 764, bairro São Francisco, CEP: 83709-350, no município de Araucária - Paraná, cujas atividades reger-se-ão pelo estatuto e pela legislação em vigor.

A organização é destituída de quaisquer preconceitos e/ou vinculações de natureza política-partidária e/ou religiosa e/ou ideológica, e no desenvolvimento de suas atividades não fará discriminação de sexo, orientação sexual, identidade de gênero, etnia, credo, convicções filosóficas, condição social, idade, profissão, pessoas portadoras de necessidades especiais, ou qualquer outra forma de discriminação.

Na organização a finalidade fundamental é trabalhar na prevenção das DST/AIDS junto aos homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis.

A organização não distribui entre os sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Por essas razões esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 691/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Acrescenta-se ao artigo 2º da Lei nº 14087, de 11 de setembro de 2003, a alínea “c” seus incisos e parágrafo único, que passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 2º ...

...

c) Classe de consumidores residenciais dependentes de sobrevida:

I - A unidade consumidora deverá estar classificada como residencial;

II - A unidade consumidora deverá estar sob responsabilidade do dependente de equipamento de sobrevida;

III - A dependência de uso de equipamento de sobrevida deverá ser comprovada através de declaração oficial das Secretarias de Saúde e/ou do município, constando o CID e os equipamentos necessários;

VI - Ter consumo de até 100 (cem) kWh/mês além do consumo pelo uso dos equipamentos de sobrevida;

Parágrafo único. Os benefícios da alínea “c” destinam-se exclusivamente à unidade consumidora em que o dependente do equipamento reside.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.09.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Face as dificuldades financeiras dos consumidores residenciais dependentes de equipamentos de sobrevida acometidos de enfermidade que os tornam dependentes desses equipamentos, o presente projeto propõe a criação de benefício, de tal forma que os dispêndios para esse segmento, com os custos de energia elétrica sejam reduzidos, possibilitando aos consumidores residenciais dependentes de equipamentos de sobrevida minimizar os custos assumidos decorrentes de aquisição de medicamentos e a redução da renda pela incapacidade laboral.

Atualmente pelos dados cadastrados junto à COPEL, conforme quadro abaixo, existem 2309 (duas mil trezentos e nove) unidades consumidoras cadastradas com equipamentos de sobrevida, faturadas no segmento tarifário do Grupo “B”, (baixa tensão).

O dispêndio total desse segmento, com energia elétrica é de R\$ 164.992,57 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos) incluídos os impostos, beneficiando 2.309 (duas mil trezentos e nove) pessoas dependentes de equipamentos de sobrevida, perfazendo dispêndio mensal de R\$ 71,45 (setenta e um reais e quarenta e cinco centavos) *per capita*.

Embora o custo *per capita* possa parecer significativo, ao levar em consideração que essas pessoas, ao fazerem seus tratamentos em suas residências, estão liberando leitos nos hospitais públicos e reduzindo por conseguinte os custos das entidades da assistência médica e hospitalar.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto que irá beneficiar diversas famílias em nosso estado.

LEI Nº 14087 - 11/09/03

Publicado no Diário Oficial nº 6561 de 12/09/03

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Programa Luz Fraterna

(...)

Art. 2º Para beneficiar-se do Programa Luz Fraterna o consumidor deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Classe residencial:

I) ser da subclasse residencial baixa renda com atendimento monofásico, conforme a Lei Federal nº 10438, de 26.04.02, regulamentada pelas Resoluções ANEEL nºs 246, de 30.04.02 e 485 de 29.08.02;

II) estar o titular da unidade consumidora cadastrado no Programa Social da COPEL, ou beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal, como Bolsa Alimentação e Vale Gás;

III - ter consumo até 100 kWh/mês;

IV - não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome.

b) Classe rural:

I) ser monofásico ou bifásico com disjuntor até 50 amperes;

II - ter consumo até 100 kWh/mês;

III - não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome.

(...)

Palácio do Governo em Curitiba, em 11.09.03.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

CAÍTO QUINTANA

Chefe da Casa Civil

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna para que possamos dar um pouco do resultado do que foi a 6ª Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, da qual fizemos parte, a Deputada Rosana, pessoas convidadas, alguns Vereadores, Vice-Prefeitos e cerca de 350 Delegados do estado do Paraná.

Alguns dados que nos foram passados nesse dia me pareceram extremamente importantes. Quero passar para esta Casa, até porque vamos discutir aqui, na sequência.

Umas das primeiras afirmações feitas pela Secretaria da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná, é que hoje o adolescente está sendo culpado pela violência e pela insegurança pública. Não por acaso que se discute. Todas as vezes que ocorre um crime que envolva uma pessoa que tenha menos de 18 anos, animadamente discute-se a redução da maioridade penal, como se fosse ela a solução para todos os males em nosso país.

A redução da maioridade penal já foi aprovada na Comissão Especial no Senado, por 12 votos a 10, e deverá ir para a Câmara Federal. É bom lembrar que o Brasil tem assinatura de convenção internacional que proíbe a redução de maioridade penal.

Falo isso porque a principal moção tirada nessa Conferência Estadual, e que será levada para a Conferência Nacional, é de repúdio a proposta de reduzir a maioridade de 18 para 16 anos.

Passo alguns dados a seguir que me chamam a atenção: de 1996 a 2006, o sistema de internação de crianças e adolescentes cresceu em 360%; 4 vezes mais adolescentes encarcerados do que há 10 anos.

O sistema penal leva 30 anos para crescer 4 vezes.

Apenas 40% das capitais brasileiras têm sistema meio aberto, ou seja, sistema que prevê que aquele adolescente que está em conflito com a lei possa cumprir a sua pena em meio aberto. Sessenta por cento é feita em meio fechado.

O primeiro motivo de internação psiquiátrica em nosso país é pelas drogas. Vinte milhões de adolescentes temos no país, 37% da população, 60 milhões de pessoas com menos de 18 anos.

No Paraná, temos cerca de 850 pessoas em regime de internação e 7 mil em meio aberto.

Um por cento das empresas que pagam impostos no Brasil, dados de 2005, representando R\$ 450 milhões, recolheram para o Brasil apenas R\$ 27 milhões.

Então, estamos fazendo uma moção para que possamos votar o PL1300, que está no Congresso Nacional, e que prevê que o imposto de renda poderá receber a destinação não até dezembro, mas a partir de janeiro, até abril.

Um detalhe que me chama atenção é que, em nosso país 3 milhões e 500 mil pessoas nascem todos os anos e 350 mil morrem. Dos 350 mil que morrem, 120 mil morrem com menos de 1 ano de idade.

Aprovamos uma proposta que será levada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nível nacional, para a Conferência Nacional, que para os Conselheiros Tutelares se estabeleça um piso salarial nacional associado ao piso do professor, um calendário nacional de eleições e provas seletivas.

Essas eram algumas das considerações, Sr. Presidente, que eu queria fazer a respeito desses 3 dias que estivemos em Faxinal do Céu, acompanhando a 6ª Conferência Estadual da Criança e do Adolescente.

Apenas para fazer um registro, meu tempo já está encerrando, que o segundo assunto que eu gostaria de trazer é sobre os trabalhadores dos Correios, que deflagaram uma greve, na semana que passou. Hoje, já estão no 5º dia de greve, há uma série de reivindicações feitas, não temos conseguido avançar e, se possível, nós vamos buscar o apoio dos Srs. Deputados para que possamos abrir um canal de negociação, em nível federal, e fazermos com que essa greve possa ter o seu desfecho a contento do Governo, dos usuários e dos trabalhadores, no prazo mais breve possível.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que nos traz à tribuna, hoje, é que estivemos, na semana passada, numa audiência com o Secretário Cláudio Xavier, onde foi definido, através do Governador Requião, a criação de uma Força Tarefa na saúde de Ponta Grossa. Hoje, tivemos a primeira reunião, reunião realizada na Regional de Saúde, em Ponta Grossa, com a presença do Prefeito Municipal de Ponta Grossa, com os segmentos da região dos campos gerais, em que tratamos do que pode ser melhorado. Fizemos um diagnóstico da situação da saúde.

O Dr. Gilberto esteve lá como Comandante dessa Força Tarefa. Essa reunião foi muito importante. Essa reunião, por iniciativa do Governo e atendendo uma reivindicação nossa, aqui da Casa, Deputado Péricles, em função daquela caminhada do Vereador Baixinho, em função também de uma solicitação da Câmara Municipal de Ponta Grossa, conseguimos que essa Força Tarefa comece a tomar os primeiros passos. O Prefeito já confirmou que dia 1º funcionarão os 10 leitos de UTI no hospital municipal. Alguns questões ainda estão sendo tomadas da licitação do Hospital da Criança, outras definições estão sendo tomadas na Regional da Saúde, que vão mudar o aspecto, aos poucos, da saúde.

Na saúde ninguém resolve tudo. Temos que chegar o máximo possível perto da perfeição, e é isso que estamos tentando. Não tenha dúvida que essa reunião foi produtiva, hoje, nessa Força Tarefa da saúde, onde diversos assuntos que foram tratados e tivemos a presença do Dr. Gilberto que, junto com a Regional da Saúde, anunciou algumas medidas que, aos poucos, serão colocadas em prática, sem aquela loucura de dar prazo que, às vezes, não se consegue cumprir. Até porque no serviço público, Deputada Beti, às vezes, acontece que você faz uma licitação, alguém interrompe a licitação, é uma correria daqui, outra de lá, impugnação e não se consegue chegar à perfeição, mas estamos trabalhando para isso.

Não é de hoje. Desde que o Governador Requião assumiu, estamos brigando para melhorar a saúde dos campos gerais e temos conseguido alguns avanços, que no nosso ponto de vista estão acontecendo, mas precisa avançar mais ainda.

Por isso, quero cumprimentar, aqui, o Dr. Gilberto, o Secretário Xavier, essa Força Tarefa, que foi colocada pelo Governador. Da nossa importância política em participar dessa Força Tarefa, nós que fomos convidados pelo Secretário, para acompanhar junto com o Deputado Péricles, o desenrolar de tudo aquilo. Lá estava o Prefeito, hoje, em uma missão de paz, nada de sensacionalismo, nada de campanha a Prefeito, mas sim campanha de respeito às melhorias da saúde.

Acho que a reunião foi produtiva. Por isso, queria deixar relatado nos Anais desta Casa e aos senhores essa reunião, que começou hoje e que vai se realizar a cada instante, em Ponta Grossa, com as mudanças que aos poucos vão acontecer na saúde. É aquilo que sempre desejamos, algumas mudanças que são importantes para que a saúde, aos poucos, possa ir melhorando. Não vamos resolver tudo, mas se nos empenharmos, trabalharmos e acreditarmos, as coisas acontecerão. Prova disso é o nosso Hospital Regional que está no 3º andar, 3º piso, quando alguns diziam que aquela obra não serviria para nada. Isso nos orgulha.

Deixar o registro de que estamos nos unindo mais. Não a saúde do sensacionalismo, mas a saúde do respeito às famílias. Não usar as famílias com o objetivo claro de perseguir alguém, que às vezes está tentando fazer alguma coisa. Essa reunião foi muito produtiva e algumas

mudanças começam a acontecer, a partir dela, em Ponta Grossa.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa.

A Comissão Especial de Investigação chegou ao final. A famigerada CEI da Publicidade e Propaganda terminou na data de hoje. Aconteceu uma grande reviravolta. O Sr. Relator, Deputado Reni Pereira, apresentou na manhã de hoje o seu relatório, com as seguintes conclusões. Vou direto ao assunto para não perder muito tempo.

Relatório do Deputado Reni Pereira, a respeito das investigação com publicidade e propaganda nos anos de 2005 e 2006. Conclusões: buscava-se, pelo poderoso instrumento de investigação, aferir com exatidão, sobre a legalidade de gastos afeitos e rubricas específicas, publicidade e propaganda, na forma preconizada pelo artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná. Não é por demais lembrarmos do princípio da moralidade da administração pública, esculpido em nossa Carta Magna, em seu artigo 37, na lição de Maria Silvia Z. de Pietro. Conclusões: não é preciso penetrar na intenção do agente, porque do próprio objeto resulta a imoralidade. Isso ocorre, quando o conteúdo de determinado ato contrariar o senso comum de honestidade, retidão, equilíbrio, justiça, respeito e dignidade do ser humano, a boa-fé, ao trabalho, a ética das instituições. A moralidade exige proporcionalidade entre os meios e os fins a atingir, entre os sacrifícios impostos à coletividade e os benefícios por ela auferidos, entre as vantagens usufruídas pelas autoridades públicas e os encargos impostos à maioria dos cidadãos.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Questão de ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Queria colocar que esse relatório não foi aprovado ainda na comissão, portanto, não poderia estar sendo lido no Plenário da Assembléia.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, eu não falei que esse relatório foi aprovado. Eu gostaria que o senhor assegurasse a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem a palavra. É que foi exigida uma questão de ordem e na questão de ordem podemos interromper. Não era pela ordem. V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Segundo o Relator Reni Pereira. Por isto, mesmo a imoralidade salta aos olhos quando a administração pública é pródiga em despesas legais, porém inúteis, como propaganda ou mordomia, quando a população precisa de assistência médica, alimentação, moradia, segurança, educação, isto sem falar no mínimo indispensável à existência digna.

E segue, segundo o relatório do Deputado Reni Pereira, demonstra-se, sim, irregularidades e eu vou passar este relatório a toda imprensa a partir da semana que vem, porque eu fiz o pedido de vistas ao relatório do Deputado Reni Pereira, justamente porque quero anexar a este relatório o meu voto em separado.

E agora, gostaria de passar as irregularidades encontradas pelas investigações, a meu ver, Deputada Beti Pavin, Deputada Rosane, Deputado Cida Borghetti, especialmente para as senhoras, esta Comissão Especial de Investigação promoveu 3 reuniões ordinárias: uma de instalação e eleição do Presidente, Vice-Presidente e indicação do Relator, e mais duas onde deliberaram sobre a estratégia das apurações para consecução dos objetivos da Comissão Especial de Investigação, na forma constante das atas das reuniões no item 3 do presente relatório.

Sr. Presidente, gostaria de utilizar o horário do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais 10 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PPS

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Eu, como integrante da Comissão Especial de Investigação, não recebi um só documento do Sr. Secretário Airton Pissetti, assim como outros Deputados da Comissão Especial também não receberam um só documento. Mesmo assim, a comissão constituída tem olhos também para entrevistas, pronunciamentos públicos do Sr. Secretário a órgãos de imprensa. Tudo isto tem que ser relatado e tem que ser investigado pelos Srs. Deputados que constituem uma Comissão Especial de Investigação.

Consulto, senhoras e senhores, procedidas as verificações determinadas pelo Plenário desta Casa de Leis, esta Comissão Especial de Investigação, após realizar diligências junto ao Tribunal de Contas, captando informações, depoimentos e documentos substanciais e analisando os dados constantes do arquivo de dados, tem as seguintes conclusões: constatados os indícios de despesas não autorizadas e o descontrole da Secretaria de Estado da Comunicação quanto a publicidade e propaganda, no âmbito da administração direta e indireta do Governo, seja remetido este relatório pela Mesa Executiva à

Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia. Eu disse: estou encaminhando à Comissão Permanente de Fiscalização.

Constatados os indícios de despesas não autorizadas e o descontrole da Secretaria de Estado da Comunicação quanto a publicidade e propaganda, estamos indicando, Sr. Presidente, malversação do dinheiro público com aplicação de recursos em serviços ineficazes e antieconômicos por parte da Secretaria de Estado da Comunicação Social - improbidade administrativa do Secretário de Estado da Comunicação Social, pela falta de fiscalização dos gastos da Secretaria de Estado, com publicidade, sem PADVs. Segundo palavras do próprio Secretário, ele afirmou que realmente fez propaganda sem emissões de PADVs, o que constitui crime de responsabilidade, crime de improbidade administrativa, e como ele se pronunciou em um órgão de comunicação, um jornal de grande circulação no estado do Paraná, nós Deputados acatamos esta declaração também para as investigações da CEI e também já está anexado no meu voto em separado, como prova de que realmente ele cometeu crime de improbidade.

Constatado também o crime de responsabilidade do Sr. Secretário da Comunicação Social, Airton Carlos Pissetti, pela falta de atendimento formal aos pedidos de informações manifestados pelos ofícios.

Srs. Deputados, não vamos deixar barato. O Sr. Secretário manifestou desrespeito a esta Casa de Leis, desrespeito à comissão assim formada e não enviou as informações necessárias, por isso ele incorre em crime de responsabilidade.

Pois bem, o voto em separado também propõe um projeto de resolução para que toda mídia, propaganda, publicidade, passe pela Comissão Permanente de Comunicação da Assembléia Legislativa para que apuremos se realmente os gastos são necessários e se estão sendo bem aplicados pelo Poder Executivo.

Gostaria de terminar o meu pronunciamento porque esses 2 relatórios só não foram votados hoje, no término da CEI, porque o Líder do Governo pediu vistas e por incrível que possa parecer, como a política é extremamente dinâmica, numa manobra política que eu até considero importante para a minha história política, conseguimos reverter e eu é que pedi vistas ao relatório do Deputado Reni Pereira. Portanto, já aprovei o relatório do Deputado Reni Pereira, já está aprovado e aponta, sim, irregularidades. Eu só estou anexando, na verdade, o relatório do Reni Pereira ao meu, ou seja, quando os Srs. Deputados quiserem votar estes 2 relatórios, estamos preparados para tomar todas as atitudes cabíveis dentro da Assembléia Legislativa para fiscalizar e coibir ações dos agentes públicos, no caso do Secretário Airton Pissetti, para que nunca mais isso se repita na história do estado do Paraná.

Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

O que me traz a esta tribuna é matéria da Gazeta do Povo de domingo, que fala sobre o transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana.

Tenho debatido esse tema já há algum tempo e sabedor também de que esse mês deve haver uma renovação ou um aditivo no convênio que a COMEC estabelece com a URBS já há algum tempo, já houve um aditivo no ano passado, deverá haver em setembro deste ano, justamente porque do ano passado até este ano não houve nenhum tipo de providência para se alterar essa relação, já que o transporte coletivo municipal é de competência do Governo do Estado, ou seja, da COMEC, mas ele tem sido transferido, constantemente, para a URBS administrar.

Tenho sérios questionamentos em relação a isso, e demais Deputados também, inclusive propomos aqui uma Frente Parlamentar para levar essa discussão adiante. Eu, particularmente, defendo uma nova forma de gerenciamento do transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana, principalmente o transporte integrado. Por quê? Porque falta transparência na gestão do sistema, não se sabe ao certo o custo da passagem, não se divulgam esses valores, a planilha de custo, qual a arrecadação diária, não se presta conta às prefeituras dos municípios que são interligados, não se presta contas à Assembleia Legislativa, enfim, não se presta contas nem mesmo à Câmara Municipal em relação ao transporte coletivo, porque deveria haver um caixa, em separado, onde se arrecada o dinheiro do transporte coletivo e se investe somente no transporte coletivo.

Mas nós sabemos, hoje, que a URBS administra uma infinidade de serviços, não apenas o transporte coletivo. Temos sérios questionamentos. Têm aparecido aí diversas denúncias com relação a esse gerenciamento do transporte coletivo, com relação à falta de transparência na URBS, em relação à administração do transporte, em relação de como a URBS procede nos investimentos do dinheiro arrecadado, em relação aos critérios que ela utiliza para estabelecer o preço da passagem.

Então, esta questão hoje está bastante evidente. A imprensa tem dado cobertura a essas questões. Espero que esses questionamentos nos levem realmente, num determinado momento, a estabelecer uma nova forma de gerenciamento do transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba.

Estou levando esta proposta, juntamente com a ASSOMECA - Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana, para que façamos uma discussão, para que levantemos um questionamento a respeito disso, e que

desses questionamentos, dessas discussões envolvendo os Prefeitos, o Governo do Estado, a URBS, a COMEC, a ASSOMECA, os empresários, os representantes dos motoristas e cobradores e, principalmente, os usuários, para que encontremos uma nova forma de gestão mais transparente, mais democrática, com a participação da região metropolitana, que tenha o transporte integrado.

A matéria do Celso Nascimento traz que os curitibanos, não só os curitibanos, deverão arcar se a Prefeitura de Curitiba perder a ação que tramita na 4ª Vara da Fazenda Pública, um valor de 150 milhões que deverá sair de algum lugar. Será que a Prefeitura de Curitiba vai arcar com esse valor sozinha? Vai cobrar da COMEC, do Governo do Estado? Mas é ela que está administrando o transporte, os lucros ela não chama à COMEC.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem 10 minutos do PT.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Como de uma hora para outra o sistema vai arcar com 150 milhões, que inclusive é questionável? São referentes a quê esses valores? Uma das ações no valor de 32 milhões decorre de 25 dias que a URBS deixou de pagar as empresas de ônibus em 2002. A outra, de 120 milhões, refere-se a um corte de 8% na planilha de custos que o Prefeito Beto Richa mandou fazer em 2005, para evitar o aumento da passagem.

Então, as empresas de ônibus querem receber, elas não querem saber se é da Prefeitura ou se é do Governo do Estado, mas a URBS certamente vai querer dividir esse prejuízo com o Governo do Estado.

Será que o Governo do Estado autorizou na época esse corte de 8% no valor da tarifa? Será que o Governo do Estado autorizou, enfim, os 25 dias que a URBS não repassou o dinheiro para a empresa?

São alguns dos questionamentos. Inclusive questionam atualmente a forma de gerenciamento. Poderíamos pensar o seguinte: bom, esse sistema de gerenciamento beneficia os empresários do transporte coletivo. Mas os empresários também têm questionado a forma de gerenciamentos, algumas exigências que eles acham um tanto estranhas, como por exemplo, recentemente, foi solicitado que se implantasse luminosos em 40 novos biarticulados. Os painéis eletrônicos custaram um total de R\$ 600 mil, dinheiro que seria suficiente para acrescentar mais 3 ônibus ou talvez reduzir a tarifa.

Os empresários também são submetidos a uma série de exigências, por exemplo, tipo de veículos, luminosos, propagandas que devem ser colocadas nos ônibus, mas, isto tudo de uma forma pouco transparente. Quem decide o que vai se fazer ou não? O que vai se exigir?

Minha preocupação maior é que o sistema de transporte serve muito mais aos interesses da Prefeitura

de Curitiba, mas o transporte, da forma como está integrado, não serve apenas à Prefeitura e ao município de Curitiba, ele serve a diversos municípios da região metropolitana. E temos conhecimento de que na hora em que é preciso diminuir custos, daonde são diminuídos os ônibus, daonde são reduzidas as linhas de ônibus? Os usuários dos municípios da região metropolitana reclamam constantemente: “Olha, retiraram mais um ônibus! Havia um espaçamento de meia hora, agora o espaçamento entre um horário e outro é de 45 minutos”. Ou: “Num final de semana havia mais horários, agora tem menos horários”.

Então, sempre a região metropolitana é que paga o preço. São sempre os municípios da região metropolitana que sofrem o maior impacto das medidas tomadas pela URBS de Curitiba, porque a URBS é do município de Curitiba. Ela, atualmente, gerencia o transporte da região metropolitana por uma concessão, por um convênio com a COMEC. E evidente que a COMEC, neste momento, não tem estrutura para administrar o transporte coletivo. Ela não tem estrutura porque num determinado momento foi meio que esvaziada, o poder da COMEC foi esvaziado, num determinado momento, em que o Governo do Estado era do mesmo grupo político da Prefeitura de Curitiba. Então, foi encontrado um meio mais conveniente de transferir esta incumbência para a URBS. Ministério da Agricultura, isto não foi aperfeiçoado, na sequência.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB) (Aparte)

Gostaria primeiramente de cumprimentá-lo por trazer à tribuna um assunto de grande importância, que é o transporte regional metropolitano, inclusive creio que devêssemos fazer um Fórum, uma Audiência Pública exatamente para buscar, através do poder estadual da Prefeitura de Curitiba, envolvendo os Prefeitos da região metropolitana, poder estabelecer diretrizes na condução do planejamento, na organização, enfim, no gerenciamento do transporte coletivo regional.

A região metropolitana, como falou V. Exa., tem sido sempre sacrificada, na medida que como é a URBS a detentora do comando de gerenciamento do sistema, como a URBS é uma empresa de caráter municipal, Curitiba, geralmente os cortes que são necessários para economizar, para buscar redução de custos, são aplicados na região metropolitana. E isto nos convoca, todos, a estabelecer um debate do sistema, que creio devêssemos buscar um sistema não só nas deliberações mas no custeio geral, envolvendo prefeituras. Governo do Estado e Prefeitura de Curitiba.

Também uma medida difícil de entender, que está sendo solicitada e sugerida pela URBS, que é a integração por anéis, ou seja, como o transporte coletivo subiu e as pessoas mais carentes estão com dificuldades em pagar e do outro lado os passageiros mais próximos do centro

de Curitiba não estão utilizando o sistema, em função de ser muito caro. Portanto, perde-se o passageiro próximo e leva-se a integração mais distante.

É um assunto extenso, polêmico, mas queria colocar para que pudéssemos, juntos, estabelecer um Fórum, uma Audiência Pública para discutir com mais profundidade este tema, de grande importância.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

V. Exa. que também representa a região metropolitana, assim como Campo Mourão a Deputada Rosane Ferreira, Beti Pavin, Chico Bühner e eu também, que sou de Pinhais, já andamos conversando sobre isto, eu tenho provocado junto à COMEC e a ASSOMECA essa necessidade de realizarmos um grande debate sobre esse tema. E nos próximos dias devemos nos reunir, os Deputados da região metropolitana, para levar à frente esta proposição, junto com os Prefeitos da região metropolitana, com a URBS, fazer um debate transparente envolvendo todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estão ligados ao transporte coletivo de Curitiba e da região metropolitana, porque não podemos admitir um discurso superficial que se faz aqui em Curitiba de que o transporte coletivo de Curitiba dá lucro, e na região metropolitana ele é deficitário, dá prejuízo.

Não podemos admitir esse discurso superficial, porque os moradores, as pessoas que vêm da região metropolitana, vêm contribuir com o crescimento da cidade de Curitiba, vêm contribuir com o movimento da cidade, com o dinamismo no comércio de Curitiba. Então, não podemos admitir que se diga que os moradores da região metropolitana venham a Curitiba dar prejuízo.

Srs. Deputados, recentemente entendi porque se faz esse discurso de que em Curitiba o transporte coletivo dá lucro e na região metropolitana dá prejuízo, porque no cálculo que se faz quando o passageiro vem do município da região metropolitana para Curitiba, ele é contado como passageiro da região metropolitana de Curitiba, mas no momento em que ele embarca no ônibus para retornar para a sua cidade ele é contado como passageiro de Curitiba.

Evidente que se você colocar isso no cálculo, o transporte de Curitiba vai dar um lucro tremendo, e na região metropolitana vai dar prejuízo. Mas esse cálculo não é correto, porque o morador continua sendo da região metropolitana, continua sendo passageiro da região metropolitana, ele vem e volta para a região metropolitana, assim como o passageiro que vai trabalhar num dos municípios, ele é passageiro de Curitiba na hora que vai e na hora que volta. Então, esse é só um dos exemplos de como esse cálculo e essa forma de planejamento está equivocada.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem já manifestamos, tanto eu como outros Deputados, hoje mais uma vez, e tivemos o privilégio e o prazer, tivemos uma Audiência Pública na tarde de hoje na CCJ, com a presença de alguns membros do Governo do Estado do Paraná, em relação a mensagem que está tramitando aqui na Assembléia para constituir uma nova empresa para participar do leilão das rodovias a serem pedagiadas no nosso estado, bem como em outros estados vizinhos aos nossos. Pois bem, diversas dúvidas existiram, existem e vão continuar existindo.

Srs. Deputados, fiz uma pergunta para os representantes do Governo, se a COPEL já havia definido quanto o Governo gastaria de imediato para construir essa empresa, e as respostas que obtivemos, umas foram com clareza e outras foram vazias.

Uma coisa ficou bem clara: o representante da COPEL, Dr. Robinson, ele mesmo disse que a COPEL está estudando a viabilidade de poder participar dessa licitação, sim ou não. Pelo que entendi, corrijam-me os Deputados que estavam presentes nessa Sessão, nem o Procurador do Estado do Paraná, Dr. Anacleto, nem ele soube precisar se legalmente o estado do Paraná poderia participar dessa licitação, através de uma empresa, com recursos públicos. Nem eles sabiam.

Primeiro: quanto tempo o Governo do Estado sabe que o Governo Federal tem a intenção de pedaggiar algumas rodovias em nosso Brasil, entre elas a 116 e a 376, que ligam diretamente à nossa capital? Quando éramos Governo, quando vinha um projeto para tramitar em regime de urgência, diziam que vinha no afogadilho. Ora, há projetos que necessitam de urgência. Agora, esse projeto de constituir uma empresa para participar da licitação da concessão de algumas rodovias, o Governador do Estado do Paraná já sabia, no mínimo, há 2 anos, senão há muito mais.

O que o Governo fez? Mandou uma mensagem para a Assembléia Legislativa, sabendo que o prazo é curtíssimo para entregar a documentação e a abertura das propostas. A entrega da documentação é dia 9. A abertura das propostas é dia 16. Nós, independente de sermos Situação ou Oposição, sempre fomos solidários com os projetos que interessam ao estado do Paraná. O que esse projeto quer dizer hoje? A COPEL não tem know-how em transporte. Perguntamos quais as empresas que seriam convidadas a integrar essa nova sociedade? Não sabem ainda.

A imprensa noticiou, no dia de ontem, que possivelmente algumas empresas participariam. No dia de hoje, desmente.

O Procurador do Estado não sabe se o estado legalmente pode participar ou não dessas licitações. O que o Governador quer fazer com isso? Qual é o objetivo do Governo do Estado em querer constituir uma empresa? Será que não é aquela velha história que nós conhecemos: “Ou o pedágio baixa ou o pedágio acaba”?

Olha, o Governador é uma pessoa inteligente. O Governador sabe que vivemos num estado de direito democrático. Ele sabe que a legislação tem que ser respeitada. O Governador sabe que acima dos Governos existem as leis e o Governo não pode infringir nenhuma lei. Ele faz essa jogada, agora, de criar uma nova empresa no estado do Paraná para poder participar da licitação. Isso me dá o direito, Srs. Deputados, de dizer o seguinte: o Governador do estado do Paraná está jogando para a mídia nacional. É mais uma das suas bravatas. É uma jogada de marketing ou é mais um factóide do próprio Governo do estado em relação às questões públicas do nosso estado?

Pois bem, vou lembrar um outro fato. Isso é importante que fique registrado nos Anais desta Casa. O Governo, quando pedagiou algumas rodovias, licitou empresas para fiscalizar as empresas concessionárias no estado do Paraná. O atual Governo não tem mais essas empresas contratadas. O próprio DER iria fiscalizar isso. Deputada Rosane, o DER não tem pessoal suficiente no seu quadro para dar conta, nem de cuidar das rodovias estaduais, quem dirá para fiscalizar. O DER fez um convênio com o TECPAR para que o TECPAR auxiliasse na fiscalização das rodovias concessionárias no nosso estado, mas mesmo assim, tenho certeza, a fiscalização não é exercida na sua íntegra porque falta pessoal.

O projeto que recebemos diz que o estado do Paraná colocará à disposição dessa nova empresa, profissionais para fazer os estudos necessários, tanto econômicos, da viabilidade, técnicos e assim por diante. Ora, se o estado não tem no seu quadro pessoal suficiente para atender sua área, agora, vamos ainda tirar pessoas do DER, da Secretaria dos Transportes, para jogar em uma outra empresa para elaborar os estudos necessários? Aliás, falaram também, hoje, na Audiência Pública - e alguém do Governo disse isso aí - que o melhor pedágio seria o CIDE.

Até 1988, quando tínhamos ainda a Constituição antiga, tínhamos o Fundo Rodoviário Nacional. O Fundo Rodoviário Nacional não existe mais desde 1988. Em 2002, se criou o CIDE - Contribuição sob a Intervenção do Domínio Econômico. O estado do Paraná deve arrecadar, hoje, algo em torno de R\$ 120 milhões com o CIDE para ser investido nas suas rodovias. E daí nós perguntamos: como estão as rodovias estaduais no estado do Paraná?

Já que o Governo do Estado quer participar, Deputado Marcelo Rangel, de uma concessão, de uma concor-

rência, como é que estão as rodovias estaduais? Cada um dos Srs. Deputados representa uma região do nosso estado. Eu não conheço todo estado do Paraná, mas conheço o oeste do Paraná. Conheço cada município do oeste do Paraná e já disse, ontem, e devo dizer, hoje, de novo: as rodovias estaduais do Paraná estão acabadas, principalmente ligando alguns municípios do oeste. Vou citar alguns: Maripá, Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Missal, Medianeira, São José, Ouro Verde, Entre Rios, Pato Bragado, são alguns municípios que estou citando, que estão ligados e interligados com rodovias estaduais, que estão esburacadas, que não têm mais condições, é buraco em cima de buraco. Não dá para agüentar.

O Governo querer participar de uma empresa e, conforme foi dito hoje na Audiência Pública, o primeiro retorno dos investimentos feitos nessa empresa vão acontecer daqui a 14 anos - palavras ditas hoje por um dos representantes do Governo.

A saúde do estado do Paraná? Não seria melhor usar esses recursos, que o Governo quer disponibilizar nessa empresa, para participar dessa licitação? Cuidar da saúde, tirar as pessoas da fila, construir mais UTIs, oferecer uma segurança mais adequada para a nossa população, as rodovias, como citei. São tantos exemplos, Deputado Nelson Justus, que poderiam ser citados, mas o Governo do Estado, não. Não sei qual é o objetivo atrás de tudo isso. No meu entender, não sou economista, nem Bacharel em Direito, mas entendo que o Governo do Estado, com essa nova empresa que está querendo constituir, não existe forma legal de participar. Segundo, não existe prazo para quem quer participar, não existe prazo legal para isso. O Governador não tem condições de participar.

Perguntamos: o que vamos fazer na Assembleia Legislativa? Será que não estamos fazendo a mesma coisa que fizemos em 2003, quando votamos e alguém disse, hoje, se não me falha a memória o Deputado Augustinho Zucchi, que relembrou que a Assembleia Legislativa autorizou o Governo do Estado a encampar as rodovias pedagiadas, transformou em lei e nada aconteceu. O Governo do Estado do Paraná disse que ele queria implantar o pedágio, quando o Presidente da República Luiz Inácio da Silva disse que iria pedaggiar as rodovias do Paraná. O Governo do Estado disse que ele queria implantar o pedágio na rodovia ligando Maringá e Guaíra, o que não passou de mais uma de suas grandes bravatas, sabendo que ele não poderia fazer isso, que não tinha condições, nem econômicas e muito menos financeiras para fazer isso.

Perguntamos: aonde vamos parar, Deputados? Aprovar a lei? Haverá consistência jurídica e constitucional, para que ela se sustente no campo jurídico? Ou vamos brincar de fazer mais uma lei e criar uma expectativa na sociedade do Paraná? Porque em 2002 criou uma grande expectativa. Ele disse que iria baixar o pedágio ou o pedágio iria acabar. O Governador se elegeu, não bai-

xou e não acabou. O Governador disse que iria encampar as rodovias, nós autorizamos, fez lei e não encampou, porque existe uma legislação. Agora, o Governador pede autorização para participar de uma empresa, para participar dessa licitação. Vai ser aprovada na Assembleia essa lei? O Governador vai sancionar? Depois não vai poder participar. Será que não será desclassificado? Não sabemos. Cria-se uma expectativa muito grande para a sociedade e, depois, a própria sociedade é frustrada.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel e, depois, ao Deputado Elton Welter e, posteriormente, ao Deputado Douglas.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Elio Rusch, temos que traduzir a intenção do Governador. Quando o Governo fala uma coisa, nós da Assembleia temos que traduzir o que realmente significa. Na verdade, vamos colocar em pratos limpos: a intenção do Governo não é vencer a licitação, o Governo não quer vencer a licitação. O Governo quer forçar as grandes empreiteiras a apresentarem propostas plausíveis e assim proporcionar taxa de pedágio aceitável. Até aí, Deputado Elio Rusch, tudo bem, é esta a intenção. O problema é se a COPEL ganhar, se a COPEL vencer a licitação, e aí me parece que o povo do Paraná vai ter uma batata quente nas mãos, primeiro porque não se sabe se este negócio será lucrativo.

Eu não tenho as informações concretas até então, mesmo porque os investidores da COPEL estão achando que é um péssimo negócio, tanto é que as ações estão caindo. Então, se os investidores acham que é um péssimo negócio, será que o povo do Paraná, as pessoas mais humildes, simples, saberão se realmente isto será bom para o nosso estado?

Parece que o Governo do Estado se preocupa tanto com as empreiteiras, com as concessionárias de pedágio e acaba esquecendo o outro lado: segurança, péssimo; saúde, terrível; educação, já falamos quantas vezes na tribuna a respeito da educação também com problemas gravíssimos; propaganda, falei agora há pouco também, gasta-se terrivelmente sem critério nenhum, mas a briga com as concessionárias ainda continua.

Ainda preciso saber se realmente vai ser um bom negócio para o estado do Paraná ou se quem vai pagar essa conta, esses 14 anos que vai demorar para recebermos de novo o aporte do Governo do Estado, quero saber se realmente vale a pena ou se não vale a pena para o estado do Paraná.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. me faz lembrar um assunto que também já abordei aqui. Há duas ou três semanas passadas os Procuradores do Governo do Estado, na sua associação, convidaram os Deputados para um café da manhã para dar algumas explicações. Não são palavras do Deputado Elio Rusch, são palavras dos Procuradores do Estado do Paraná, que falaram que o pas-

sivo que este Governo vai deixar no nosso estado é incalculável em relação aos rompimentos unilaterais dos contratos e também em relação às atitudes, às posições que o Governo do Estado toma em relação às concessionárias de pedágio.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, obrigado pelo aparte.

O importante é que o edital que vai fazer o leilão dessas praças de pedágio, desses trechos, obedece a cláusulas uniformes onde permite juridicamente a participação de S/As, e é isto que está sendo constituído através desse projeto - isto está previsto no edital, é permitido juridicamente, é apenas um conceito de admitir ou não - a república admitiu que empresas como essas participem dos leilões.

Agora, uma coisa é fato já: o Governo Federal, através do levantamento, já fixou no trecho da BR-116, São Paulo ao Paraná, de 401 quilômetros, o preço máximo, só pode ser dali para baixo, é R\$ 2,68 a praça. Isto é sinal que o pedágio já baixou, e é uma rodovia, essa aqui é a Régis Bittencourt, que tem grande tráfego de veículos e então, o trecho da 116-376, de 382 quilômetros, são 5 praças, a tarifa, o preço máximo é R\$ 2,75. Então, os concorrentes vão disputar dali para baixo - acima disto não pode - tem que ser abaixo disto.

Então, a questão da participação de uma empresa com esta concepção jurídica, junto com a COPEL que tem um caráter de estado, com parceria, com consórcios que vão participar, é uma decisão política tomada a nível federal que permite que empresas como essas se constituam. É uma decisão de Governo.

A única preocupação nossa, do Partido dos Trabalhadores, da bancada, é que não venha a atrapalhar a implementação disso para fazer a manutenção dessas rodovias. Esperamos que, na medida que tiverem ações, acredito que terão, que elas sejam julgadas imediatamente e que não atrapalhem o processo de implantação e conservação de acordo com a previsão do edital.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Elton Welter, é a nossa preocupação e eu acho que é a preocupação de qualquer cidadão que quer o bem do seu estado, que quer o bem da sua gente, onde ele reside, deve ter uma preocupação muito grande: que não se crie mecanismos que possam atrapalhar projetos que visam o desenvolvimento ou que visam a implantação de uma infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do estado ou mesmo do país. Essa é uma preocupação muito grande nossa!

Temos que tomar muito cuidado para que não venhamos a incorrer num erro como o Governo já incorreu no passado, vamos lembrar, Deputado Nelson Justus, a UEG Araucária, da terra da nossa Deputada Rosane, o Governador Roberto Requião disse que a UEG Araucária

era uma bomba que poderia explodir a qualquer momento. Pois bem, o que o Governador fez? Se elegeu e rompeu o contrato. O que custou isso para o estado do Paraná? Custou uma ação internacional na Câmara Arbitral. Onde estava sendo julgado esse processo? Em Paris, na França. E qual era a indenização que as empresas estavam pedindo para o povo do Paraná? Quando falo o povo do Paraná é porque quem pagaria a conta seriam os contribuintes, seriam US\$ 850 milhões! Para que o Governo e o povo não pagassem US\$ 850 milhões, o que o Governador fez? Mandou uma mensagem para a Assembléia Legislativa pedindo autorização para comprar as ações da El Paso e outras empresas mais que totalizaram quase R\$ 600 milhões! Seiscentos milhões de reais, Srs. Deputados, que foram gastos em endividamento. Por que endividamento? Porque 20 anos após a operação da UEG Araucária, as ações de todos viriam de graça para o Governo do Estado!

Tem mais: recebi algumas informações - se a Liderança do Governo puder me informar que me informe, se não puder nós vamos oficializar com um pedido de informações - segundo informações que eu tive, o Governo do Estado tem alugado a UEG Araucária para a PETROBRAS. Se isso é verdade ou não, não sei, então vamos pedir informações. O que não podemos mais é brincar de administrar, não dá para aceitar isso! O dinheiro público é dinheiro que deve voltar em benefício da sociedade através da saúde, da educação, da segurança, dos programas sociais!

Concedo aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Elio Rusch, primeiro parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento.

Eu estava imaginando qual seria o objetivo principal do Governo do Estado entrando para construir rodovias, vamos chamar dessa forma. Essas rodovias que são federais e hoje estão envolvendo os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Paraná, mais me parece que é para criar um fato político com o dinheiro do povo do Paraná.

Disse bem o Deputado Marcelo Rangel que, de repente, pode até a COPEL não ganhar esse leilão, mas vai ficar o fato que ele queria fazer mais barato do que aquelas, ou pode até ganhar, só que já que a preocupação é reduzir tarifas, a preocupação do Governo é uma tarifa mais baixa como foi lá atrás, o pedágio baixa ou acaba, por que não investir esse dinheiro, que é muito dinheiro, para fazer aquelas rotas alternativas que ele propôs na época de campanha de Governador?

O senhor lembra, ele fazia um desenho na televisão, dizendo que ia construir rodovias como rota alternativa para a produção do Paraná ser escoada através do porto de Paranaguá, sem pagar pedágio? Será que ele já esqueceu aquela promessa de campanha? Por que não pegar aquele dinheiro e melhorar a infra-estrutura das Santas Casas do estado do Paraná? A saúde pública,

vemos todos os dias nas filas, gente morrendo, reclamando e precisando de remédio. Tenho certeza que no seu gabinete, assim como no de outros, tem várias pessoas pedindo ajuda e nós, enquanto Deputado, temos que ficar correndo atrás de uma consulta, uma ligação para que um médico atenda um paciente que não está na fila do SUS, para fazer uma operação e não consegue.

A questão da segurança, não precisamos nem falar a dificuldade que está tendo, a infra-estrutura, a falta de investimento. E de repente vem mais esse fato, porque este fato vai chamar atenção da imprensa - não só da imprensa estadual, como da imprensa nacional - e aí ele ganha a imagem no Paraná e no Brasil como se fosse o salvador da pátria. Mas já não foi lá no: "o pedágio baixa ou acaba?" O senhor acabou de lembrar dos custos que teremos, nós paranaenses que pagar em função dessas brigas que o Governador vem arrumando.

Então, me parece mais que é uma ação para aparecer politicamente do que uma preocupação com o dinheiro público, dos impostos que todos os paranaenses pagam.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

As rodovias são divididas em 3 lotes. São Paulo - Curitiba, um lote; Curitiba - Santa Catarina, até a divisa do Rio Grande do Sul, outro lote; Curitiba - Garuva, até Florianópolis. Uso o horário dos Democratas.

Passa a usar o horário da Liderança dos Democratas

Se pegarmos, autorizarmos o Governo do Estado - e aí faço a pergunta, a indagação deve permanecer e nós temos que ter responsabilidade, alguém já levantou essa questão hoje na Audiência Pública - vamos pegar dinheiro de recursos públicos e investir nesta empresa. A COPEL é do estado, é recurso público. E se der prejuízo, ou acontecer qualquer incidente que venha a ser deficitário, nós vamos usar recursos do Paraná para subsidiar pedágios em São Paulo e pedágios em Santa Catarina? Porque o Governo do Estado não pode participar somente da concessão do pedágio dentro do estado do Paraná, ele deve participar de 1 lote, 2 ou 3. E aí envolve os outros estados. E o dinheiro do povo do Paraná que está sendo usado para beneficiar outros estados? Esta é a pergunta. E isso tem que ter uma resposta.

Ora, poderíamos ir um pouco mais além: se o Governo do Estado do Paraná quisesse efetivamente implantar um pedágio a preços módicos, a preços simbólicos ou a preços apenas de conservação ou de manutenção das rodovias, por que o Governo do Estado não procurou o Governo Federal e fez um entendimento? Assumisse essas rodovias que estariam dentro do estado do Paraná: a 116, de São Paulo a Curitiba, de Curitiba até Rio Negro; a 376, de Curitiba até Garuva. Assumisse essas rodovias e o próprio Governo do Estado, através da

Secretaria dos Transportes, DER, implantasse um pedágio de manutenção e não participasse da licitação. Poderia ter sido feito, isso é legal. No meu entendimento é legal, porque o pedágio que temos hoje no estado do Paraná, todos os pedágios estão em rodovias federais, e quem fez a licitação? O Governo Federal? Não. O Governo Estadual. Por quê? Porque as rodovias, Deputado Valdir Rossoni, estavam acabadas. Aqui tem Deputado de Irati, tem Deputado do oeste, sabem que a rodovia estava intransitável. Daí o estado do Paraná assumiu as rodovias para ele, por sua vez, ter o desgaste de implantar o pedágio no Paraná, em rodovias federais.

Então por que o Governador Roberto Requião não assumiu as rodovias, essas que serão pedagiadas? E o próprio Governador do Estado, que é contra o pedágio, iria fazer a sua manutenção sem cobrar o pedágio?

Aliás, o Governador poderia ter feito isso. Por que ele não fez, já que quer acabar com o pedágio no Paraná? Era uma forma de não implantar o pedágio!

Quero falar mais uma vez de o Governador se preocupar em investir dinheiro numas empresas, cujo retorno só vai acontecer daqui a 14 anos. E dito pelo Governo hoje - não sou eu que digo - e deixa a nossa saúde no caos, deixa a segurança pública num caos absoluto. É essa a reflexão que devemos fazer. Ah, mas não tem dinheiro público? Mas, a COPEL, não tem aquela frase: "A COPEL é nossa", se ela é nossa, ela é pública. Se ela é pública, ela é do povo. Se ela é do povo, o dinheiro é nosso também.

Concedo o aparte prazerosamente, ao Deputado Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Agradeço, Deputado Elio Rusch.

O senhor, como um dos mais preparados Deputados aqui da Casa, tem acompanhado não só no aspecto político, mas no aspecto técnico, vários projetos que o Governo tem encaminhado à Assembléia.

Esse projeto, como discutimos hoje, e com muita consistência, todos os Deputados já participaram da Sessão da Audiência Pública, os números não mentem, Deputado Elio Rusch. A regra do pedágio é lucro. Essa concessão

que o Governo vai participar, que a COPEL vai participar - e tomei algumas informações ainda há pouco com a diretoria da COPEL - ele já participa de 20 parcerias diferenciadas no mercado aberto. Na área da telefonia, na área de construção de hidrovias, na área de construção de hidrelétricas, projetos que estão sendo estudados em várias ordens. Agora, também pelo capital que hoje a COPEL detém, também, vai entrar nessa área da malha rodoviária estadual e federal.

Acredito que o Governo venha a ganhar essa licitação. Acredito que venhamos a ter a menor tarifa de pedágio do país, a partir dessa licitação. Por que isso? Porque as contas que estamos fazendo na CPI dos Pedágios são fantásticas. Não existe um lucro de 20%, de 30% a média

que estamos vendo é acima de 40% das atuais concessões que temos no estado do Paraná.

Por isso, os valores que eu comentei ainda há pouco na Audiência Pública, que vamos ter cerca de 40 milhões e 779 mil tarifas pagas por ano, só no trecho de Curitiba a São Paulo, darão uma rentabilidade de mais de R\$ 350 milhões, apenas com o valor de R\$ 2,75 a tarifa. Imaginem os pedágios do Paraná, o quanto dão de lucro!

Por isso, não só estou ouvindo as suas palavras, mas respeito V. Exa. e sei que V. Exa., quanto qualquer outro Deputado, gostaria de ter um pedágio no Paraná com as contas que seriam feitas.

Mas, acho que o Governo do Estado vai poder impor uma tarifa a menor de R\$ 2 e mostrar ao resto do Brasil que tem competência gerencial na COPEL, que o capital investido será mínimo e que o retorno será visto com o lucro da COPEL.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Kielse, não sou especialista, mas eu ao menos tenho procurado me aprofundar um pouco nos projetos que merecem uma discussão mais ampla. Está acontecendo nessa mensagem. Isso aconteceu com a mensagem da Agência de Fomento. Quer dizer, tantas mensagens. Eu procuro, pelo menos, me aperfeiçoar, debater, me debruçar em cima de alguns dados e algumas leis da legislação.

Alguém disse hoje, temos uma legislação no Brasil que regulamenta concessões. Existe uma lei federal e esta lei não pode ser infringida. Não pode, sob pena de alguém alegar a inconstitucionalidade de qualquer outra lei que venha a ferir uma lei superior. Sabemos disso, e tem que ver se a legislação que regulamentou as concessões no Brasil, se é permitido o ingresso de dinheiro público numa empresa, para participar de uma licitação pública, se pode ou não pode. Não sei o que digo. Não sou eu quem vai dizer isso. A legislação existe, mas, alguém levantou isso, hoje, na Audiência Pública, e com toda certeza, essa lei será questionada no Supremo. Sua constitucionalidade. Alguém levantou. Aliás, tanto é que o Líder do Governo e o Deputado Artagão, que é Relator, já modificou, aqui na Assembléia, os Deputados, e ninguém aqui é especialista em legislação. Nós entendemos um pouco, mas, já constatarem flagrante de inconstitucionalidade de alguns artigos, tanto é que o Deputado Artagão já está propondo algumas alterações, um substitutivo, para que a lei já não caia imediatamente na sua constitucionalidade.

Imagine quando envolve milhões de reais! Milhões! Eu, como Deputado, não quero ser mal interpretado, não. Eu quero fortalecimento da nossa economia, no estado do Paraná, como todos nós queremos. Queremos reduzir os custos de produção para todos os setores.

Agora, devemos ter a responsabilidade de aceitar os investimentos. Devemos ter a responsabilidade de não

querer espantar os investimentos do nosso estado. Está é a responsabilidade que todos nós temos que ter. E cada um dos 54 Deputados, independente de ideologia partidária, independente de como pensamos, temos responsabilidade com o desenvolvimento do estado do Paraná.

Faço questão de ouvir o Deputado Dobrandino, se V. Exa. permitir, até pela amizade que devo a ele.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Muito obrigado, Deputado, Com toda a amizade que devoto a V. Exa., Deputado combatente e combativo que é, mas democraticamente me permitir divergir de algumas questões que V. Exa. colocou na tribuna.

V. Exa. falou que, segundo o Procurador, não existem meios legais. Não é verdade. O Procurador falou que sabe que vai ser questionado na Justiça, mas tem, sim, condições de superá-lo e de o estado participar, sim, da concorrência. Deixou bem claro, lá. E mesmo que seja questionado, talvez não consiga mas é digno do estado tomar providências em favor da população do Paraná, em favor da economia do Paraná, que V. Exa. falou.

Acho que a intenção do Governo é importante, é válida, e digo mais a V. Exa. talvez seja, na verdade, de repercussão nacional, porque o desmando na economia do Brasil, com esse pedágio, hoje, é muito grande. A exploração é enorme, e por isso as concessionárias atuais farão tudo para combater, não deixar que o estado participe disso, para não abrir a “baixa preta” e o pedágio ter um valor menor, que possa o povo brasileiro suportar isso e ter condições, nas estradas. Já está comprovado isso.

Quero pedir a V. Exa. que nos ajude a fazer com que o estado possa participar e baixar o preço do pedágio, nessas estradas que serão pedagiadas. E com certeza as outras vão ter mais força, os que entraram na Justiça, para baixar as tarifas.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Agradeço ao Deputado Dobrandino e encerro, Sr. Presidente, só dizendo ao Deputado Dobrandino que o Governo não precisaria ter criado toda essa polêmica aqui na Assembléia, eu já disse antes, era muito mais fácil o Governador Roberto Requião, num entendimento com o Governo Federal, assumir as rodovias, conservá-las e implantar exatamente um pedágio de conservação. Aquilo que o Governador acho que poderia fazer, por quê ele não fez? Porque o Governador, na verdade, como disse muito bem a V. Exa., isso vai repercutir nacionalmente, claro, é isso que o Requião quer. O Requião só toma as suas posições para ter uma projeção na mídia nacional, e com toda certeza essa é mais uma provocação do Governador do Estado do Paraná para lhe dar uma mídia, nacionalmente.

Agradeço ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, e até peço desculpa pela fato de ter me alongado um pouco sobre esse assunto, mas com toda certeza é um assunto

palpitante e que vai demandar muitas e muitas horas de debate ainda nas próximas Sessões aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno e o Grande Expediente, passa-se ao Horário da Liderança.

Antes porém, esta presidência recebeu em data de ontem requerimento firmado pelo Deputado Tadeu Veneri que requer a realização de exame grafotécnico em assinatura aposta à PEC que veda o nepotismo no estado do Paraná.

(Lê):

“Protocolo nº 9639, de 18/09/07

Requerimento Deputado Tadeu Veneri

Assunto:

Requer a realização de exame grafotécnico em assinatura aposta a PEC que veda o nepotismo no estado do Paraná.

DESPACHO:

1) É direito de cada Parlamentar desta Casa de Leis subscrever proposta de Projeto de Emenda à Constituição, observados os preceitos do Regimento Interno e da Constituição do Estado.

2) A responsabilidade pelas assinaturas constantes no Projeto de Emenda Constitucional é exclusiva do Deputado proponente.

3) Portanto, não compete à Mesa Executiva a responsabilidade pelas assinaturas apostas, razão pela qual, antes de qualquer medida cabível, solicita ao Deputado Estadual Tadeu Veneri que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, indique os nomes dos Parlamentares que subscreveram a PEC, bem como, a respectiva assinatura de cada um.

Curitiba, 18 de setembro de 2007.

(a) NELSON JUSTUS”

Estamos encaminhando uma cópia também ao Deputado Tadeu Veneri.

Passa-se ao Horário das Lideranças: PTB, PDT. Bloco PSB/PR/PRB/PV. PP. PSDB. PMDB. Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

(Declinam)

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 042/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo que o subsídio ou a remuneração mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná e vantagens correspondentes, assim como reajustes, gratificações, criação e alteração de car-

gos de carreira do Ministério Público. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 277/07, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando justificativa da ausência do Deputado Teruo Kato, na sessão de hoje, (18 de setembro de 2007), em razão de estar em caráter oficial, representando a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná, no VII Seminário Nacional de Educação Integral, na cidade de Apucarana/PR. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 287/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a liberação de recursos para a construção de um Centro de Educação Infantil, no município de Sarandi/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 288/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação da estrada que faz a ligação das localidades de Cinco Encruzilhadas, Rio Saudade, Vila Nova, Rio Gavião, Renascença, Rio Bocó, Rio Jacutinga e Lagoa Verde, no município de Pitanga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 289/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo uma especial atenção no atendimento das necessidades do Colégio Estadual Marechal Rondon, em Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 290/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social que dedique uma especial atenção a APAE de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 291/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Diretor-Presidente da Paraná Esportes que dedique uma atenção especial a APAE de Janiópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 292/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que dedique uma especial atenção a APAE de Janiópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 293/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação das vias do Complexo Penal de Piraquara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Nelson Justus, para representar esta Casa de Leis no Encontro de Governadores, a ser realizado no período compreendido

entre os dias 20 a 22 de setembro de 2007, na cidade de Posadas - Argentina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Caíto Quintana, para representar esta Casa de Leis, no Encontro de Governadores, a ser realizado no período compreendido entre os dias 19 a 22 de setembro de 2007, na cidade de Posadas - Argentina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Luiz Eduardo Cheida, para representar esta Casa de Leis, no evento Um Mundo - Uma Saúde (One World - One Health) nos dias 2, 3 e 4 de outubro de 2007, na cidade de Brasília/DF. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Marcelo Rangel, para representar esta Casa de Leis, em Audiência com o Sr. Ministro da Defesa, o Sr. Nelson Jobim, no dia 26 de setembro, na cidade de Brasília/DF. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 461/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que cria o Programa Academia da Terceira Idade - ATI, que será executado em todo o estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/07, de 25/06/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 026/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de agosto de 2007. Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/07, de 12/09/07, em Projetos de Resolução).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece normas para a publicidade da viagem de funcionários públicos comissionados ou concursados ao exterior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em discussão o substitutivo. Em votação. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado na administração pública do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão e em votação a emenda, ressalvado o projeto. **Aprovada a emenda.** Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Miguel Carlos Riella. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que inclui o artigo 257-A na Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 132/06, de 27/11/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 548/06

P A R E C E R :

Constitucionalidade e Legalidade

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Nesse contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2799, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 548/06.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/07, de autoria do Poder Judiciário nº 518/07, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do

Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, conforme especifica. PARECERES DA CCJ e CF.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 552/07

P A R E C E R :

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam, reajustados no percentual de 3,14% (três vírgula quatorze por cento), a partir de 1º de janeiro de 2007, de conformidade com a tabela de níveis de vencimentos constante no anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.07.

(a) PODER JUDICIÁRIO

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS ANEXO I

ORDEM	A	B	C	D	E	F
01	962,79	1.241,26	1.589,98	2.004,81	2.963,56	3.823,44
02	985,32	1.269,81	1.622,40	2.051,77	3.033,03	3.913,03
03	1.008,38	1.299,02	1.655,51	2.099,85	3.104,07	4.004,70
04	1.031,97	1.328,90	1.694,24	2.149,03	3.176,79	4.098,54
05	1.056,12	1.359,46	1.733,89	2.199,40	3.251,22	4.194,56
06	1.080,84	1.390,72	1.774,46	2.250,93	3.327,41	4.292,84
07	1.106,12	1.422,70	1.815,98	2.303,66	3.405,36	4.393,42
08	1.132,00	1.455,43	1.858,47	2.357,64	3.485,14	4.496,37
09	1.158,49	1.488,91	1.901,96	2.412,87	3.566,82	4.601,70
10	1.185,60	1.523,15	1.946,47	2.469,42	3.650,39	-
11	1.213,35	1.558,18	1.992,03	2.527,29	3.735,91	-

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o reajuste de 3,14% (três vírgula quatorze por cento) sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos titulares de cargos efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, incidente, a partir de 1º de janeiro de

2007, sobre os atuais níveis de vencimentos básicos, de conformidade com a tabela constante do anexo I do presente anteprojeto de lei.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o Anexo I deste anteprojeto de lei, substitui àquela constante do Anexo I da Lei Estadual nº 15047, de 05 de abril de 2006, e reflete a política de manutenção do poder

aquisitivo dos vencimentos básicos dos servidores, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 12 de meses do exercício de 2006, observando-se critérios estabelecidos em lei e atendendo-se, por conseguinte, os preceitos constitucionais contidos no artigo 137, inciso X, combinado com o artigo 40, parágrafo 8º, da Constituição Federal.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2007, totalizará um acréscimo, anual, na despesa bruta de pessoal, de R\$ 7.626.000,00 (sete milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais) em 2007, R\$ 7.974.000,00 (sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil reais) e R\$ 8.110.000,00 (oito milhões, cento e dez mil reais) em 2008 e 2009, respectivamente.

Esses valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante na informação nº 087/07, datada de dois de agosto de 2007, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça (em anexo), não comprometendo o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Judiciário. A despesa líquida de pessoal passa a representar, em média, nos três exercícios, cerca de 3,77% (três vírgula setenta e sete por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, portanto, abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,70%, cf. artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de anteprojeto de lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, na Sessão Ordinária realizada em 27 de julho de 2007.

Encontra-se em anexo a declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (Lei Estadual nº 15339/06) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2004 - 2007 (Lei Estadual nº 14276/03).

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECLARAÇÃO

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2007, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA, 2004/2007.

Curitiba, 03 de agosto de 2007.

(a) J. VIDAL COELHO
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA

Informação: nº 087/07

Assunto:

Estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente ao anteprojeto de lei que trata do reajuste de 3,14% sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná.

0. Síntese

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro correspondente ao anteprojeto de lei que trata do reajuste de 3,14% (três vírgula quatorze por cento) sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos, (objeto do Ofício nº 518/07, do Tribunal de Justiça), importa em um acréscimo anual de R\$ 7.626.000,00 (sete milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais) para 2007 e de R\$ 7.974.000,00 (sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil reais) e R\$ 8.110.000,00 (oito milhões, cento e dez mil reais) para 2008 e 2009 respectivamente.

O percentual da Despesa Líquida com Pessoal, do Tribunal de Justiça, sobre a Receita Corrente Líquida do estado, computando-se o reajuste proposto de 3,14%, alcança o valor médio de 3,77%, portanto, aquém do limite prudencial de 5,7%.

1. Apresentação

O Ofício nº 518/2007, datado de três de agosto de 2007, dirigido pelo Exmo. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ao Exmo. Deputado Estadual Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, encaminha anteprojeto de lei que trata do reajuste de 3,14% (três vírgula quatorze por cento), incidente a partir de janeiro de 2007, sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos, titulares de cargos efetivos do Tribunal de Justiça, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, de conformidade com a tabela de níveis de vencimentos constante do Anexo I do aludido anteprojeto de lei.

O reajuste de 3,14% é constituído pela variação percentual acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no período de janeiro a dezembro de 2006, nos termos do publicado pelo IBGE. Tem por finalidade atualização, a partir de janeiro de 2007, do valor real dos vencimentos básicos em vigência, estabelecidos no Anexo I da Lei 15047, de cinco de abril de 2006, em face da necessidade de reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de janeiro a dezembro de 2006, em conformidade com o estabelecido no artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual.

A Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000 - LRF, dispõe em seu artigo 17 sobre as despesas obrigatórias de caráter continuado. Determina que os atos que criarem ou aumentarem despesas dessa natureza, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, conforme estipulado no inciso do

artigo 16, bem como, demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Em cumprimento às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a presente informação tem por finalidade apresentar a análise e os dados gerais relacionados à avaliação do impacto orçamentário-financeiro do anteprojeto da lei em anexo.

2. Despesas com Pessoal e Encargos Sociais em 2006

As despesas com pessoal e encargos sociais do Tri-

bunal de Justiça realizadas no exercício de 2006, adotando-se o critério de apuração previsto no artigo 20, inciso II, alínea “b”, combinado com o disposto no artigo 22, parágrafo único, da LRF, e tomando-se como base a Receita Corrente Líquida do Tesouro Estadual, informada pela Secretaria da Fazenda, alcançaram o percentual de 3,81%, portanto, aquém do limite prudencial de 5,70% estabelecido para o Poder Judiciário na LRF, conforme Quadro 01 a seguir.

Quadro 01

DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM 2006		
DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR
Despesa bruta com pessoal em 2006	R\$ Mil	542.786
Deduções - artigo 19, parágrafo 1º da LRF e Res/TC 7598/02	R\$ Mil	108.575
Total líquido da despesa com pessoal - TDP	R\$ Mil	434,211
Receita Corrente Líquida em 2006 - SEFA - RCL	R\$ Mil	11.409.183
Percentual de despesa com pessoal (TDP) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)	%	3,81%
Limite Prudencial - (artigo 22 da LRF) - 5,70%	R\$ Mil	650.323

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, janeiro/2006 a dezembro/2006. Relatório de Gestão Fiscal do poder Judiciário do Estado do Paraná.

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, janeiro/2006 a dezembro/2006. Relatório de Gestão Fiscal do poder Judiciário do Estado do Paraná.

3. Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro para os exercícios de 2007, 2008 e 2009

O orçamento aprovado para o exercício de 2007 (Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006) prevê para o Poder Judiciário, com a utilização de Recurso do

Tesouro, uma dotação global de R\$ 629.542.830 e uma dotação orçamentária destinada a pessoal e encargos sociais, e no valor de R\$ 573.770.920, detalhada por elemento da despesa, conforme Quadro 02 a seguir:

Quadro 02

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO				
Atividade	Natureza da Despesa	Orçamento 2007	Estimativa 2008	Estimativa 2009
		Em R\$ Mil	Em R\$ Mil	Em R\$ Mil
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (2.002 + 9.002)	573.771	599.550	610.496
2.002	ATIVIDADES JUDICIÁRIAS (1 + 2)	420.527	442.421	449.278
	1. Magistratura e Diversos	230.180	242.357	246.113
	2. Servidores Ativos - Efetivos	190.347	200.064	203.165
	Vencimentos e Vantagens Fixas + 13º salário + Adicional de Férias + Obrigação Patronal	184.228	193.974	196.980
	Provisão para reajuste dos Servidores Ativos do Quadro Efetivo, prevista no Orçamento	6.119		

Quadro 02

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO				
Atividade	Natureza da Despesa	Orçamento 2007	Estimativa 2008	Estimativa 2009
	Impacto orçamentário-financeiro do reajuste de 3,14% sobre Servidores Ativos	5.785	6.091	6.185
9.002	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	153.244	157.129	161.217
	3. Magistratura Inativa e Diversos	66.050	68.786	71.501
	4. Servidores Inativos	60.631	61.848	63.221
	Servidores Inativos + 13º salário	58.634	59.965	61.297
	Provisão para reajuste dos Servidores Inativos, prevista no orçamento de 2007	1.997		
	Impacto orçamentário-financeiro do reajuste de 3,14% sobre Sevidores Inativos + 13º salário	1.841	1.883	1.925
	Subtotal do Impacto - Servidores Ativos e Inativos	7.626	7.974	8.110
	5. Serventuários Inativos do Foro Extrajudicial	26.563	26.495	26.495
	Serventuários Inativos + 13º salário	25.688	25.688	25.688
	Provisão para reajuste dos Servidores Inativos, prevista no orçamento de 2007	875		
	Impacto orçamentário-financeiro do reajuste de 3,14% sobre Seventuários Inativos + 13º salário	807	807	807
	Subtotal do Impacto - Serventuários Foro - Extrajudicial	807	807	807
	Total do Impacto Anual	8.433	8.781	8.917
0500 – Tribunal de Justiça – Recursos do Tesouro				
TOTAL DO ORÇAMENTO PREVISTO		629.539	662.841	673.115

- OBS:
1. As despesas de pessoal com Magistratura e os vencimentos dos servidores ativos efetivos crescem, em termos reais, de 2007 para 2008 em 5,29% e de 2008 para 2009 em 1,55%
 2. As despesas com inativos crescem de acordo com a tendência observada na evolução do número de aposentadorias.

3.1 Impacto Orçamentário-Financeiro, Servidores Inativos - 2007

O reajuste no percentual de 3,14% (anteprojeto de lei anexo ao Ofício nº 518/07) com vigência a partir de janeiro de 2007, incidente sobre a despesa anual de R\$ mil 184.228, importa em uma despesa adicional, anual, de R\$ mil 5.785, no exercício de 2007, portanto, apresentando adequação orçamentária e financeira com a provisão para esse reajuste no valor de R\$ mil 6.119, já consignada no Orçamento de 2007.

3.2 Impacto Orçamentário-Financeiro, Servidores Ativos Efetivos - 2007

O reajuste no percentual de 3,14% (anteprojeto de lei anexo ao Ofício nº 518/07) com vigência a partir de

janeiro de 2007, incidente sobre a despesa anual de R\$ mil 58.634, importa em uma despesa adicional, anual, de R\$ mil 1.841, no exercício de 2007, portanto, apresentando adequação orçamentária e financeira com a provisão para esse reajuste no valor R\$ mil 1.997, já consignada no Orçamento de 2007.

3.3 Impacto Orçamentário-Financeiro, Serventuários Inativos do Foro Extrajudicial - 2007 (Objeto de anteprojeto de lei em separado)

O reajuste no percentual de 3,14% (anteprojeto de lei anexo ao Ofício nº 518/07, de 03 de agosto de 07), com vigência a partir de janeiro de 2007, incidente sobre a despesa anual de R\$ mil 25.688, importa em uma despesa adicional, anual, de R\$ mil 807.000, no exercício de

2007, portanto, apresentando adequação orçamentária e financeira, com a provisão para esse reajuste no valor de R\$ mil 875.000, já consignada no Orçamento de 2007.

Outrossim, cumpre-nos destacar que a reposição salarial, ora proposta, não afetará a metas de resultados fiscais previstos no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2008, tendo em conta que o incremento na despesa com pessoal, conforme proposição detalhada no Quadro 02, é compatível com a estimativa de crescimento da dotação orçamentária do Poder Judiciário que, por sua vez acompanha o mesmo percentual de aumento real das “Receitas Não Financeiras” constantes da Tabela 06 - Metas Fiscais para Período 2007 - 2010, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008.

Na estimativa do total do orçamento previsto para o Tribunal de Justiça, para os exercícios de 2008 e 2009, não foi considerado o acréscimo de 8,5% para 9,0%, no limite percentual destinado ao Poder Judiciário, em conformidade com o artigo 6º da LDO-2008, já aprovada pela colenda Assembléia Legislativa, pelo motivo de que, até presente data, a referida lei encontra-se em tramitação

para sanção e publicação além do fato de que esse aumento de percentual objetiva prover condições para celeridade e aprimoramento da prestação jurisdicional.

A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 20 e 22, da LRF está demonstrada nos quadros 03 e 04, a seguir apresentados.

4. Estimativa da Receita Corrente Líquida para os exercícios de 2007, 2008 e 2009

A Receita Corrente Líquida - RCL, foi estimada a partir da RCL referente a abril/2007, indicada pela SEFA/CAFE. Projetou-se a RCL para dezembro/2007 adotando-se a taxa geométrica mensal de 0,316% ao mês, correspondente ao IPCA previsto para o corrente exercício (3,86%), segundo a “Tabela 04 - Indicadores Econômicos do Período de 2004 a 2010”, LDO - 2008. Com relação aos exercícios de 2008 e 2009, projetou-se a Receita Corrente Líquida adotando-se a mesma variação anual real das “Receitas Não Financeiras” constante da “Tabela 06 - Metas Fiscais para o Período 2007 - 2010” - LDO 2008, obtendo-se os valores do Quadro 03, a seguir.

Quadro 03

ESTIMATIVA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				
	Realizada abr/2007	Estimada dez/2007	Estimada dez/2008	Estimada dez/2009
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.800.783	12.102.883	12.743.126	12.940.644
Taxa de crescimento adotada		2,56%	5,29%	1,55%

5. Cumprimento dos Limites Percentuais da Receita Corrente Líquida

Conforme estabelecido no artigo 20, inciso II, alínea “b” e no artigo 22, parágrafo único, ambos da LRF, a aplicação do limite percentual de 6% e do limite prudencial de 5,7% sobre a Receita Corrente Líquida, evidencia uma situação para o Tribunal de Justiça, de possibilidade

de comprometimento adicional mesmo após computadas as Despesas de Pessoal decorrentes do reajuste proposto.

O Quadro 04, a seguir, demonstra que o percentual da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida, estimada para 2007, 2008 e 2009 computando-se o reajuste proposto de 3,14%, alcança o valor médio de 3,77%, portanto, aquém do limite prudencial de 5,7%.

Quadro 04

APLICAÇÃO DOS LIMITES PERCENTUAIS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			
	2007	2008	2009
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
100,0% da RCL	12.102.883	12.743.126	12.940,64
6,0% da RCL (art. 20, inciso II, letra b, da LRF)	726.173	764.588	773.43
5,7% da RCL - Limite prudencial para a Despesa com Pessoal (95%, conforme artigo 22, parágrafo único, da LRF)	689.864	726.358	737.617
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais (quadro 02)	573.771	599.550	610.496

Deduções: artigo 19, parágrafo 1º da LRF e Resolução TC 7598/02	114.754	119.800	122.099
	459.017	479.750	488.397
Total Líquido da Despesa com Pessoal			
Percentual de despesa com pessoal (TDP) Sobre a Receita Corrente Líquida	3,79%	3,76%	3,77%

6. Compatibilidade com o Plano Plurianual

A Lei nº 14276/03 aprova o Plano Plurianual - PPA, para o período de 2004 a 2007. Analisando-se o código 2.002 Atividades Judiciárias - TJ, verifica-se que a reposição do poder aquisitivo dos vencimentos básicos, conforme proposição constante do anteprojeto de lei,

objeto do Ofício nº 518/07 - GP guarda compatibilidade com os objetivos e as principais metas enunciadas, para 2007, no referido documento.

Curitiba, 02 de agosto de 2007.

(a) EDSON NEVES GUIMARÃES
Diretor da Assessoria de Planejamento

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL

Janeiro/2006 a Dezembro/2006

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	De jan/2006 a abr/2007
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	542.786.453,828
Pessoal Ativo	394.567.044,39
Pessoal Inativo	148.219.391,43
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	—
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF e Res. Nº 7598/02 - TC) - (II)	108.575.125,27
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	—
(-) Decorrente de Decisão Judicial	—
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	26.058.842,86
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.996.702,97
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	80.519.579,44
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	434.211.310,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (IV)(*)	11.409.182.699,14
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (III/IV)*100	3,81%
LIMITE MÁXIMO - (art. 20 da LRF) - 6,00%	684.550.961,95
LIMITE PRUDENCIAL - (art. 22 da LRF) - 5,70%	650.323.413,85

Observação: (*) Valor Preliminar Sujeito a Alteração.

FONTE: Relatórios contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Site: www.tj.pr.gov.br/contas/

(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado
MAURO RIBEIRO BORGES - Secretário do Tribunal de Justiça do Estado
VILMAR FARIAS - Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL

Maio/2006 a Abril/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
	De mai/2006 a abr/2007
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	544.064.1114,55
Pessoal Ativo	397.684.823,67
Pessoal Inativo	146.379.287,88
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	—
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF e Res. Nº 7598/02 - TC) - (II)	101.943.275,79
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	—
(-) Decorrente de Decisão Judicial	—
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	22.773.073,30
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.965.998,40
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	77.204.204,09
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	442.120.835,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (IV)	11.800.782.623,83
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (III/IV)*100	3,75%
LIMITE MÁXIMO - (art. 20 da LRF) - 6,00%	708.046.957,43
LIMITE PRUDENCIAL - (art. 22 da LRF) - 5,70%	672.644.609,56

FONTE: Relatórios contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Site: www.tj.pr.gov.br/contas/

(aa) J. VIDAL COELHO - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado
ANETTE MARIE ROESNER - Secretária do Tribunal de Justiça do Estado
VILMAR FARIAS - Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 552/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto tem por finalidade reajustar os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais.

Da Legitimidade

Inicialmente, necessário que se analise a legitimidade para a propositura do presente projeto. Cumpre neste ponto ressaltar que o projeto é oriundo do Poder Judiciário. Pois bem, em vista disso, deve ser consultado o artigo 101 da Constituição do Estado do Paraná, que

por sua vez trata exatamente, de modo expresso, sobre o tema. Senão vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

b) - a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem, os artigos. 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

Sendo assim, dúvidas não pairam sobre a legitimidade para o caso que ora se discute. Vencida esta premissa inicial, passa-se para a constatação dos aspectos financeiros e econômicos que porventura possam se fazer presentes.

Lei de Responsabilidade Fiscal

A lei 101/00 deve ser considerada base para a atuação da Administração Pública, seja no que tange aos gastos a serem respeitados. Pois bem, forçoso destacar que o projeto de lei traz em seu bojo toda a questão de impactação financeira, através de documentos anexados, respeitando, por decorrência, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seu artigo 16 aduz que deverá ser arrolada a planilha de impacto, quando a medida a ser implantada representar gastos aos cofres públicos. Por decorrência, vê-se que a lei federal está sendo respeitada, não havendo reparo a ser realizado quanto a este tema.

Técnica Legislativa

No que tange à técnica legislativa, ditada pela lei 095/98, nada há que possa obstar o trâmite do presente projeto, visto que todos os mandamentos requisitados estão sendo cumpridos.

Da Emenda Aditiva

Nada obstante todos os argumentos expendidos até o momento, cabe a apresentação, neste passo, de emenda aditiva ao presente projeto, com escopo no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E a mais, está sendo apresentada a emenda para que, em havendo disponibilidade financeira, após o cumprimento de todas as metas estabelecidas, seja concedido restituição dos valores descontados, para estritamente os servidores que participaram das manifestações públicas de 03 a 14 de abril de 2000 e também das manifestações do período entre 19 e 28 de outubro, também de 2000.

Vale ratificar, que esta medida deverá ser adotada apenas se houver disponibilidade financeira por parte do órgão público responsável por tal controle. Faz-se isto para que seja respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal (lei 101/00), que como já citado em momento anterior, deve servir de base para a relação da Administração Pública, em aspecto atinente ao dinheiro público.

A emenda aditiva segue como anexo ao presente parecer.

Conclusão

Por todo o exposto e constatando que os ditames legais e constitucionais estão sendo plenamente atingidos, é que o parecer é pela aprovação do presente projeto, sem a adoção da emenda aditiva que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 11.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Solicito a V. Exa. que retire da pauta o projeto de item 07, tendo em vista que não existe amparo regimental para entrar na Ordem do Dia sem o parecer da Comissão de Finanças, que consta mas não está com parecer.

Muito obrigado!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Aproveito para fazer um apelo para a Mesa Executiva desta Casa.

Esse projeto é para dar aumento aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ótimo, vamos dar aumento ao pessoal que trabalha no Tribunal de Justiça, quem se aposentou. Aumento também para o Poder Executivo. E até agora, os funcionários da Assembléia Legislativa estão num jejum.

Faço um apelo a todos os membros da Comissão Executiva, vamos nos lembrar também que os servidores desta Casa merecem os seus salários reajustados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O Deputado Antonio Belinati tem razão. A Mesa, inclusive na reunião de hoje, discutiu esse assunto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Uma proposta da Oposição, que não aprovemos mais nenhum aumento para nenhum outro Poder, se não aprovarmos aumento para os funcionários desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

É uma proposta que deve ser aprovada pela maioria dos Deputados.

Quero responder à questão de ordem do Deputado Edson Strapasson. Procede e esta presidência acata a questão de V. Exa. Tira a Ordem do Dia e encaminha à Comissão de Finanças.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Joel Malucelli. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 089/07, de 08/08/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 572/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Joel Malucelli.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em artigo 2º, determina:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem

projetos de lei concedendo título de cidadão honorário ou Cidadão Benemérito no estado do Paraná.

§ 1º - Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Quanto a técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbice de natureza constitucional, regimental, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em discussão. Em votação.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Para Encaminhar**)

Obrigada, Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi.

Gostaria de encaminhar solicitando à Mesa Diretora e, também, aos nobres Deputados e Deputadas desta Casa, para que votassem com a expressão SIM, visando que o Dr. Joel Malucelli é um empresário da área da comunicação que gera empregos, paga os tributos das suas empresas, mas também tem um serviço social muito grande em todo estado do Paraná. Então, é um cidadão que merece o nosso respeito.

Já obteve, por unanimidade, por esta Casa e por este douto Plenário, a aprovação e não poderia deixar, hoje, de encaminhar favoravelmente pela sua postura, pela sua vontade de servir como sempre o estado do Paraná e merece este nobre título que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná lhe concede, na tarde de hoje. Então, gostaria que os nossos nobres Pares nos acompanhassem com a expressão SIM.

Muito obrigada!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

A nossa bancada vota favoravelmente ao projeto. É um empresário respeitado, grande empreendedor de todo o Paraná e do Brasil. Vamos nos manifestar favoravelmente ao projeto da Deputada Cida Borghetti.

Aproveitando, Sr. Presidente, quero destacar a presença entre nós de um dos maiores músicos do nosso estado, do país, o Maestro Walter Branco, que é Cidadão Benemérito do Paraná; autor de “Rua das Flores”; fez a música dos Jogos da Natureza; musicou o poema de Rafael Greca; foi maestro da Rede Globo; fez a trilha sonora de várias novelas e uma das suas mais famosas composições é “A Pantera Cor-de-Rosa”, trilha sonora do filme de mesmo nome. Então, estamos muito contentes de ter entre nós o nosso maestro Walter Branco.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. Esta presidência, assim como todos os Parlamentares, se associam a esta homenagem prestada por V. Exa., Deputado Péricles, a tão ilustre visita, assim como os demais que nos prestigiam nesta Sessão de hoje à tarde.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário, que deverá chamar a todos os Deputados. Aqueles que forem favoráveis ao título de Cidadão Honorário ao Sr. Joel Malucelli deverão se expressar com a palavra SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edgar Bueno**)

(Procede à chamada nominal para votação)

Sr. Presidente, 36 Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e seis votos SIM, portanto, está **aprovado o projeto, por unanimidade.**

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Gostaria de agradecer os votos aqui recebidos e a todos os Deputados desta Casa. O Dr. Joel Malucelli, com certeza, merece. Falo, aqui, também, em nome do Luiz Malucelli, que transmitirá a todos os Malucelli esta alegria que concede esta Casa de Leis à toda a sua família.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/07, de autoria da Comissão Executiva, que cria o Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS - junto à estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Publ. no DA nº 109/07, de 11/09/07, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/07

P A R E C E R :

Esta Comissão Executiva, entendendo de que se trata de matéria regimental complementar, fundamentada no inciso VIII, do artigo 33, e artigo 222, ambos do egrégio Regimento Interno desta Casa de Leis, avoca para si o exame relatorial da proposição de autoria da Mesa Executiva, encaminhada a deliberação do colegiado parlamentar desta Assembléia, na forma do projeto de resolução em epígrafe, que contém em seu bojo a proposta de criação do Centro de Operações Legislativas Especiais - COPELEGIS, junto a estrutura organizacional deste Poder Legislativo.

Faz-se mister procedermos considerações de cunho meritório ao iniciarmos a presente análise. Primeira consideração pertinente, é que a iniciativa vem ao encontro de um antigo clamor, não só da comunidade parlamentar da Assembléia, que se ressentia de assessoramento técnico legislativo para cumprimento de suas atividades, mas também de todo o complexo organizacional do Poder Legislativo, que há muito demonstra a necessidade de modernização e instituição de mecanismos para melhor cumprimento da função do Poder.

Consultoria e assessoramento técnico é que se depreende da proposta de criação do COPELEGIS, um centro de estudos, de criação e de experiência, para auxiliar as atividades dos Parlamentares desta Casa.

A partir da instituição do COPELEGIS, a Assembléia de Deputados terá um órgão técnico específico para transformar os sonhos legislativos de qualquer um dos Parlamentares desta Casa, em proposições legislativas com conteúdo jurídico.

Os pareceres jurídicos dos consultores do COPELEGIS, os relatórios e as demais atividades desenvolvidas serão gravadas com sigilo e responsabilidade técnica, e só poderão ser divulgados através de autorização formal do Presidente da Assembléia.

Devemos ressaltar que a instituição do COPELEGIS não promoveu a criação de novos cargos na estrutura da Assembléia Legislativa, sendo fruto do remanejamento de cargos de outros órgãos da Casa.

No que concerne ao exame dos aspectos constitucionais, legais e regimentais, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da proposição, estando a mesma em perfeitas condições de merecer a deliberação finalística do douto Plenário desta Casa.

Neste sentido, esta Comissão Executiva manifesta seu parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de resolução de criação do Centro de Operações Legislativas Especiais - COPELEGIS.

Sala das Comissões, em 09.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2764, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(**Assentimento**)

Foi ótimo que V. Exa. leu o teor do requerimento do Deputado Marcelo Rangel, para ver que, sinceramente, ele é daqueles requerimentos que, na minha avaliação - isso é muito subjetivo - não preenche os requisitos

de pedido de informação, porque ele não tem um fato determinado. Ele lista algumas cidades paranaenses, vou dizer aqui com a exceção, Deputado Pugliesi, da grande Arapongas que falta aqui nessa lista, mas veja, excluindo Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, lista as obras públicas que estão em andamento, que estão sendo realizadas pelo Governo.

Ora, salvo que o Deputado Marcelo Rangel me convença do que ele quer fazer com o pedido de informação, eu gostaria que ele fizesse um pedido de informação específico para poder identificar.

Agora, se ele tiver uma fundamentação boa em relação ao requerimento, eu até, Sr. Presidente, posso aqui, a princípio eu vou encaminhar contrariamente, mas se ele tiver alguma argumentação que possa fundamentar esse requerimento, posso até mudar a minha posição.

Então, o meu encaminhamento é este. Depois faço uma questão de ordem para orientar a nossa bancada.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz um pedido extremamente comum, pertinente à minha função como Deputado Estadual e também como Presidente da Comissão de Obras Públicas da Assembléia Legislativa.

Gostaria de fazer um pedido aos Srs. Deputados: peço para me ajudarem a aprovar um requerimento que faz a pergunta mais simples possível, uma pergunta básica, arroz com feijão, eu quero saber quais são as obras que estão em andamento nas principais cidades do interior do estado do Paraná: cidade de Londrina, cidade de Cascavel, do Deputado Edgar Bueno; a cidade de Foz do Iguaçu, do Deputado Reni Pereira; cidade de Ponta Grossa, do Deputado Péricles, do Deputado Jocelito, Plauto, Marcelo Rangel; e também a cidade de Maringá, da Deputada Cida Borghetti, do Dr. Batista. Enfim, eu só gostaria de saber, e essas informações, quando eu receber, de quais são as obras que realmente estão em andamento nessas principais cidades, depois eu vou passar essa informação a todos os Deputados que representam essas regiões e depois vou encaminhar um outro requerimento pedindo informações a respeito de cidades como Campo Mourão. Acho que é pertinente, é uma prerrogativa do Deputado saber exatamente quais são as obras que estão em andamento nas suas respectivas cidades.

Como eu represento a cidade de Ponta Grossa, fiz o pedido por Ponta Grossa e também baseado em pedidos de outros Parlamentares das referidas cidades do requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Pensei que ele pudesse fundamentar. Como ele não fundamentou, poderia incluir os 399 municípios. Essas informações estão todas no site e efetivamente ele pode pedir pela Comissão de Obras. Enfim, quero encaminhar contrário a aprovação desse requerimentos, porque é

requerimento sem nenhum sentido. Quero pedir aos companheiros Deputados e Deputadas para que possamos rejeitar o requerimento do Deputado Marcelo Rangel. Ponto.

É isto, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Gostaria até de fazer um apelo aos nobres Deputados Líder do Governo, o Romanelli, que nos ajudasse a aprovar este requerimento. São informações importantes que precisamos saber. É muito importante o senhor saber, por exemplo, qual é a obra que o Governo do Estado está fazendo, está construindo, e que vai melhorar a vida dos paranaenses lá na cidade de Pato Branco. Eu não sou de Pato Branco e gostaria muito de saber. Eu não sou de Maringá e gostaria muito de saber, até porque vamos aprovar aqui o orçamento do estado, já foi aprovado no ano passado, no orçamento, e que está contemplando essas obras.

Então, é muito importante que cada Parlamentar aqui tenha conhecimento dessas obras. O requerimento do Deputado Marcelo Rangel tem fundamento, sim. O Deputado nobre Líder do Governo, Romanelli, fala: “É só olhar no site”. Que olhar no site! Estas Assembléia tem direito de saber! Então, não precisa ter Deputado! Você fica em casa vendo no site. Para quê ter Deputado? Para quê ter Líder de Governo? Não é? Para quê isto? Não precisa ter Deputado nesta Casa se já está tudo no site! E eu não posso confiar muito nesses sites do Governo, porque tem informações que eles colocaram lá sobre publicidade que não eram verdade. Então, eu não posso confiar.

Quero pedir apoio aos demais Deputados para este requerimento do nobre Deputado Marcelo Rangel. É muito importante que esta Casa saiba quais são as obras que estão em andamento no estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar o bloco composto pelo PV, PSB, pelo PRB e pelo PR, no sentido de aprovarmos o requerimento porque ele contribui com o exercício deste Poder.

A partir do momento que se coloca as obras em andamento nas principais cidades do Paraná, vai fazer com que os Deputados do sudoeste, do oeste, do noroeste, do norte, tenham condições de acompanhar e fiscalizar o andamento dessas obras. É o que diz a Constituição Federal, a Constituição do Estado, que este Poder tem a função de fiscalizar e não é só fiscalizar os papéis, fiscalizar no site, fiscalizar virtualmente, é fiscalizar *in loco* mesmo, se aquilo que está especificado no edital de licitação está sendo executado. Agora, vamos ficar sabendo depois da obra pronta?

Nesse sentido, encaminho favoravelmente ao requerimento do Deputado Marcelo Rangel.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)

Deputado Romanelli, não vejo razão nenhuma para não aprovar esse requerimento, ele está pedindo quais são as obras em andamento no estado, mas qual é? O Governo está fazendo obras ou não está fazendo? Se está no site, cada um pode acessar, mas tem uma informação oficial se o Governo do Estado está fazendo alguma obra nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, são esses 5 municípios, então por quê não aprovar, Deputado Romanelli? Não vejo razão para votar contra um requerimento desses. É colocar até a sua própria bancada numa situação difícil, delicada.

Tivemos um entendimento tão grande, no dia de ontem aqui na Assembléia, até foi suspensa a Sessão durante alguns minutos para que pudéssemos buscar um entendimento entre a Bancada do Governo e da Oposição, buscar um meio termo em relação à mensagem do Governo do Estado do Paraná e não transformar o Plenário em Comissão Geral. Agora, por que rejeitar um requerimento que não compromete em nada? Ele não está pedindo valor de cada obra, não está pedindo nada, está pedindo quais as obras que estão em andamento!

Faço um pedido especial ao Deputado Romanelli, mais uma vez, como Líder do Governo, que libere, no mínimo, a sua bancada para que os Deputados possam votar a favor. Vamos aprovar esse requerimento que não tem nada de mais.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, negar ao Deputado Marcelo Rangel o direito de submeter ao Plenário e apenas indagar quais são as obras que o Governo está realizando eu acho que é negar a própria existência do Parlamento, até perde a finalidade a existência do Deputado. Acho que esse rolo compressor não tem sentido.

Nobre Deputado Marcelo Rangel, acho que até se o Governo se dispuser a dar as informações pedidas, vai servir até de propaganda, como mídia gratuita para o Governo, porque o Deputado vai pegar aqui a relação - estou curioso para receber a relação das obras em Londrina, porque andando pelas ruas eu não consigo ver onde estão as obras do Governo, mas elas devem existir - através de uma resposta a um pequeno pedido de informações o Governo vai gastar o quê, meu Deus do céu?

Vai gastar meia dúzia de folhas de papel para responder e dar ciência a esta Casa quando o próprio Parlamentar, ao receber a relação das obras, quero crer que, ainda que seja da Oposição, vai acabar se tornando direta ou indiretamente, um propagandista do Governo.

É uma atitude que não aprovamos, esse massacre que eu diria até, de birra, não querer aprovar uma coisa tão simples! Querer tão somente saber daquilo que todo cidadão tem direito de saber, não é apenas o Deputado, mas todo cidadão, toda paranaense, todo cidadão brasileiro tem direito de ser informado! Se ele requerer no protocolo de cada Secretaria ou do próprio Palácio, o

Governo vai se ver obrigado a dar informações que hoje são negadas através da aprovação de um simples pedido de informação.

Parabéns, Deputado Marcelo Rangel, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB)

Não vou pedir verificação de votação, porque o Deputado Elio Rusch aqui, no último minuto ele já ia falar, ele conseguiu fundamentar para mim para aprovar o requerimento.

Vou aprovar o requerimento e depois, utilizando o método “Socrático da Maeutica”, conseguimos extrair a verdade. Maeutica atribui-se que a mãe de Sócrates era parteira através da Maeutica o método Socrático era aplicado para se extrair a verdade das pessoas. O Deputado Elio Rusch, aplicando essa técnica, conseguiu me convencer a aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 2788, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria, em nome da família Malucelli, agradecer aos 36 Parlamentares que deram a honra do voto ao meu parente, primo, Joel Malucelli, agradecer a Deputada Cida Borghetti que fez a proposição desse título tão honroso ao Joel.

O agradecimento da família Malucelli, uma família que está a 142 anos no Paraná, uma família de origem simples e que tem na figura do Joel um expoente, um empresário bem sucedido que emprega mais de 3 mil paranaenses. Por isso, o meu muito obrigado em nome de toda a família Malucelli a senhora e a todos os Deputados que nos honraram com esse voto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 2800, de autoria dos Srs. Deputados Dobrandino da Silva e Reni Pereira, com apoio do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2801, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2774, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Cleiton Kielse, Mamede, Edson Strapasson, e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado**

Requerimento nº 2780, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Comissão Executiva.

Requerimento nº 2781, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2783, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2785, de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2789 a 2791, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2798, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2804, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nºs 223/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/07 e do Projeto de Resolução nº 027/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 389, 470, 482, 507, 552 e 582/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1757/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8154, datado de 13 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDUARDO GALEB JÚNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1896/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8650/07, datado de 22 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à YARA NEIDE BENGHI SOARES, portadora do RG nº 370.976-0 e CPF nº 598.316.939-49, viúva do ex-Deputado Estadual, Luiz Roberto Nogueira Soares, falecido no dia 06 de agosto de 2007, pensão mensal com o valor estipulado pelo artigo 2º da Lei nº 13426, de 07 de janeiro de 2002, e nos termos do artigo 3º, do Decreto Legislativo nº 180, de 19 de maio de 1964.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral***Portaria*****PORTARIA Nº 190/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7920/07, datado de 07 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar retificar a Portaria nº 176/07, publicada no Diário da Assembléia nº 108, na data de 10 de setembro de 2007, às fls. 25, onde se lê “01 ano e 06 meses” leia-se “02 anos e 06 meses”.

Gabinete da Diretoria Geral, 19.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão***Direitos Humanos e Cidadania*****COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Reni Pereira e Mamede. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando para a Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 539/07, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

